

Formação do Operariado e Movimento Operário no Rio de Janeiro, 1870-1894

EULÁLIA MARIA LAHMEYER LOBO
EDUARDO NAVARRO STOTZ(*)

Introdução

Tradicionalmente, os estudos sobre operariado e artesãos voltaram-se preferencialmente para a análise da formação da organização da força de trabalho, das relações desta com o Estado e a ideologia do movimento operário.

Outra característica desta bibliografia, apontada por Luiz Werneck Vianna(1), foi

Os autores são, respectivamente, Professora Titular da UFRJ e Adjunta da UFF e Pesquisador do Centro de Estudos de História da República, do Museu da República.

(*) Resultados preliminares de uma pesquisa sobre condições de vida do operariado no Rio de Janeiro, convênio UFF (Mestrado de História) – FINEP, intitulada "Cidade e Campo no Complexo Regional: 1850-1930".

(1) VIANNA, Luiz Werneck. **Apontamentos sobre a questão operária e sindical**. São Paulo, CEDEC, 1979. Versão modificada do texto apresentado no Seminário sobre ..

a de ser compartimentada, faltando, portanto, uma visão multidisciplinar da matéria.

Deve-se lembrar, ainda, que a maioria das pesquisas versou sobre São Paulo e houve uma tendência de generalizar os seus resultados para o Brasil.

Aquele autor apontou a necessidade de se estudar o processo de trabalho para se entender as relações do operário com os empresários, com o Estado e o próprio movimento operário. Thompson salientou(2) que o conhecimento do cotidiano operário é indispensável para compreender a formação do operariado, em vez de se partir da análise das condições econômicas.

Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo, realizado na Universidad Nacional Autónoma do México, dezembro de 1979.

(2) THOMPSON, E.P. **La formación histórica de la clase obrera, 1780-1832**. Prólogo de J. Fontana. Barcelona, Editorial Loia, 1977. 3v. (traduzido do inglês).

FORMAÇÃO DE OPERARIADO

Rubens Juarez Brandão⁽³⁾ enfatizou a importância específica da análise do processo de trabalho para esclarecer o conceito de classe social, que fora negligenciado no paradigma neoclássico. Situou a nova preocupação com o processo de trabalho a partir das pesquisas de Braverman.

Monografias recentes de antropólogos e sociólogos preocupam-se com a família operária como unidade de pesquisa, em substituição ao indivíduo. Vários ensaios como os de José Sérgio Leite Lopes, Maria Célia Paoli ou de Vera Pereira⁽⁴⁾, entre outros, procuraram demonstrar o controle de fábrica em todas as facetas da vida operária (habitação, escola, hábitos de vida, contratação de mais membros da família).

Portanto, em contraposição aos estudos que visam explicar a formação e o comportamento operário a partir de sua origem, formulando as teses do atraso operário, da dificuldade deste em adquirir uma consciência de classe devido à sua proveniência rural de mentalidade pequeno burguesa, do escravo ou do imigrante também oriundo do meio rural, observamos recentemente a tentativa de entender o artesão e o operário como forjado pela sua experiência de vida no meio urbano.

A teoria do atraso do operariado teve

(3) BRANDÃO, Rubens Juarez. **Comentários do painel sobre a força de trabalho**. IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. De 7 a 11 de outubro de 1984.

(4) LOPES, José Sérgio Leite. **O Vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. 2. ed., Rio de Janeiro, Paz e terra, 1978.

PAOLI, Maria Célia. Comunicação feita no **Congresso de Estudos Populacionais**, realizado em águas de S. Pedro, São Paulo, outubro de 1984.

PEREIRA, Vera Maria Cândido. **O Coração da fábrica**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979.

como contrapartida a do capitalismo tardio e a da cidade patrimonialista.

A cidade do novo mundo seria eminentemente um apêndice do campo, dominada pela fazenda, representante primeira do estado metropolitano, posteriormente da oligarquia do café, no caso do Brasil.

A tese dos economistas, como João Manuel Cardoso de Mello, de que só há indústria quando existe a de bens de produção é altamente questionável, além de ser discutível o conceito dessa indústria. José Jorge Siqueira⁽⁵⁾ demonstrou em sua dissertação de mestrado, que, por exemplo, o estaleiro Mauá, no Rio de Janeiro, desempenhava este papel de produzir bens de produção no final do império.

A tese da CEPAL dos choques adversos e da substituição das importações, a "teoria" da dependência, apesar de seus méritos, obscureceu a importância do mercado interno, dos comerciantes, dos prestamistas usurários, dos bancos e das cidades no processo de industrialização.

Não se trata de rejeitar as teses tradicionais em bloco, mas de reavaliá-las através do estudo das condições de vida do operariado. Sem dúvida a indústria, o crédito, a força de trabalho urbano têm características próprias no nosso meio, que não são explicáveis exclusivamente pelos conceitos de atraso e de dependência.

Dentro da perspectiva em que se coloca este trabalho, as condições de vida são definidas de forma abrangente, incluindo condições de trabalho, saúde, padrão de vida (salários, custo de alimentação, da habitação, do transporte), tipo de família, vida doméstica, lazer, manifestações culturais e políticas.

(5) SIQUEIRA, José Jorge. **Contribuição ao estudo da transição do escravismo colonial no Rio de Janeiro: a Companhia Luz Stearica, 1854-1898**. Dissertação do mestrado apresentada ao ICHF-UFF, Niterói, 1984, dat.

Os objetivos principais desta pesquisa são o conhecimento empírico das condições de vida do operariado no Rio de Janeiro e o de esclarecer, através desse conhecimento, o processo de formação dos artesãos e operários, a sua organização, estratégia e ação no contexto econômico, social e político do período de 1870 a 1894.

1. Periodização

A periodização desta pesquisa deve ser condicionada aos objetivos a que se propõe; portanto, os critérios usualmente adotados, de fases da industrialização correspondendo a fases de organização e de ideologias de artesãos e operários, serão reapreciados⁽⁶⁾.

Dentro da perspectiva adotada neste trabalho, parece que uma base válida de periodização seria a da conjuntura; as flutuações de curto prazo que afetam diretamente as condições de vida.

Eric Hobsbawm⁽⁷⁾ atribui as flutuações de uma economia industrial e capitalista a mudanças qualitativas, além de quantitativas, do movimento operário. Tais mudanças afetam o tamanho, a força, a atividade, a intensidade de organização e a forma de organização. Ele denomina estas mudanças "saltos" e as correlaciona, na Inglaterra, à oscilação para cima dos ciclos comerciais, mas em momentos em que importantes grupos de trabalhadores se

tornaram menos abonados. Após criticar os dados disponíveis para os salários reais, adota, com restrições, índices de variações de consumo para estabelecer os "saltos". Verifica uma tendência a comprar menos certos artigos de consumo geral, antes das explosões. Salienta que o desemprego é menos desigual na Inglaterra, a partir de 1911, precedendo o surto.

As explosões do começo das décadas de 1870 e 1900 aparecem em períodos seculares de surto econômico e as das décadas de 1830 e 1880-90, em fases seculares de depressão. A de 1872 ocorre no fim do período de desemprego, provavelmente decrescente, e de dinheiro e salários reais crescentes; a de 1889 durante fase de desemprego mais forte; dinheiro e salários reais crescentes; a de 1911, enquanto o desemprego cai e os salários em dinheiro mantêm-se estáveis, os salários reais declinam. Na década de 1930, provavelmente haveria uma condição de desemprego crescente e queda de salários reais em dinheiro.

Analisa, também, os efeitos retardatários das discontinuidades técnicas nas "explosões" do movimento social. Observa ainda uma relação entre tais explosões e o ciclo comercial (fase de ascensão). Finalmente conclui que só a análise individual pode revelar a combinação específica das tensões que compõem qualquer explosão determinada.

Boris Fausto⁽⁸⁾ julga que Hobsbawm tende a aceitar uma relação positiva entre períodos de prosperidade e de mobilização operária, porém não creio que esse ponto de vista fique claro. Parece que deixa a questão em aberto.

Levando em conta as expansões e retrações da produção artesanal, manufatureira e fabril, os ciclos comerciais que têm

(6) JELIN, Elizabeth. *El movimiento obrero Latino Americano en la década del setenta*. Continuidades históricas y nuevas tendencias. CEDEC, São Paulo, 1979, dat. (A autora faz um restropecto da periodização).

GODIO, Julio. *Historia del movimiento obrero Latino Americano*. México, 1980.

(7) HOBBSAWM, Eric. Flutuações econômicas e alguns movimentos sociais desde 1800. In: *Os Trabalhadores — Estudo sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

(8) FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo, Rio de Janeiro, DIFEL, 1976, p. 133-34.

FORMAÇÃO DE OPERARIADO

peso num país de modelo econômico exportador, como o Brasil, e outras variáveis, tais como o Estado (políticas de crédito, de intervenção e controle da mão-de-obra, de imigração, fiscal etc.), pode-se estabelecer ciclos e procurar relacioná-los com as "explosões" e as retrações da organização, mobilização e mudanças qualitativas das condições de vida dos artesãos e operários. Nesta pesquisa foi tentada uma periodização dentro desses parâmetros.

2. Alguns Aspectos da Evolução Econômica e Social da Cidade do Rio de Janeiro no Período 1870-1894

Nos estudos sobre a formação da classe operária no Brasil deve-se considerar a Guerra do Paraguai como um marco significativo. O esforço para a guerra exigiu a mobilização de recursos humanos e econômicos de grande monta. Perto de 200 mil homens foram recrutados. Diversos ramos produtivos como a metalurgia, a construção naval e o de tecidos participaram do esforço bélico. A guerra, ao mesmo tempo, dramatizou o "atraso" em que estava mergulhada a sociedade brasileira, impulsionando tendências latentes(9).

Analisando mais detidamente as características econômicas do período, verifica-se porém que a política emissionista e a gravação de direitos aduaneiros requerida pela Guerra do Paraguai favorecera, no conjunto dos setores produtivos beneficiados, muito mais ao artesanato do que propriamente à indústria. No Rio de Janeiro,

"Entre 1886 e 1873 ocorreu uma queda no número de fábricas de 1.083 para 965 (. .). O número de oficiais e oficinas se elevou de 933 para 1.046 e o de lojas de 4.671 para 5.506".

Porém o abandono das medidas fiscais e creditícias após 1870 e a crise econômica de 1875 alteraram esse quadro. O setor artesanal sofreu um declínio, enquanto aumentou o número de fábricas;

"Do ponto de vista do número de unidades, os dados do Almanack Laemmert indicam entre 1875 e 1881 um aumento das fábricas de 1.049 para 1.243, um declínio das oficinas e oficiais de 1.113 para 900 e o comércio de 5.529 para 5.884"(10).

Com base nas tabelas constantes no trabalho de Eulália Lobo, elaboramos a seguir um quadro-síntese da evolução do número de oficinas e fábricas no período 1861-1881.

Entre 1875 e 1881, nos ramos de madeira, couro, vidro e louças, o número de "fábricas" aumentou, enquanto declinou o de oficinas, embora em termos absolutos o artesanato ainda predominasse nestes ramos. No ramo metalúrgico é significativo o fato de ter dobrado o número de fundições de porte. Nos demais ramos praticamente não havia concorrência do artesanato (alimentos, fumo, meios de transporte, imprensa etc.) e também aí se verificou um grande aumento do número de unidades "fabris"

Estes aspectos não têm sido ressaltados pelos pesquisadores, mormente os especialistas em história econômica. A transição para o capitalismo industrial no Brasil é vista quase exclusivamente com base na análise da indústria têxtil. As formas artesanais e manufatureiras de produção, localizadas nos grandes centros urbanos do Brasil imperial, como as cidades do Rio de Janeiro e de Salvador, são usualmente desprezadas.

(9) HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, DIFEL, 1974. Tomo II — O Brasil Monárquico, 4.º Volume.

(10) LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro* (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). IBMEC, 1978, p. 195, 204-205. Vol. 1.

TABELA 1

OFICINAS, OFICIAIS E FÁBRICAS
NO RIO DE JANEIRO (CÔRTE)

Ramo	1861		1866		1873		1875		1881	
	Ofic.	Fábr.	Ofic.	Fábr.	Ofic.	Fábr.	Ofic.	Fábr.	Ofic.	Fábr.
Metal (a)	265	82	269	88	263	89	252	106	198	101
Madeira	220	19	185	16	242	10	268	11	204	23
Roupas, Tecidos e Armarinhos (b)	243	162	196	160	220	206	222	250	192	151
Couro	43	187	54	174	60	143	91	120	62	239
Construção	26	10	24	7	21	4	25	11	15	8
Vidros e Louças	12	29	5	34	9	31	15	35	5	28
Fotografias	17	—	57	—	45	—	26	—	18	—
Alimentos	8	251	7	241	2	253	2	256	4	290
Fumo	—	162	—	141	—	34	—	39	—	197
Papel	4	—	4	—	3	—	4	—	1	—
Instrumentos de Trabalho	2	17	—	24	2	28	3	30	2	51
Meios de Transporte (c)	—	85	—	78	—	37	—	36	—	51
Produtos Químicos	—	4	—	3	—	5	—	9	—	4
Velas, Sabões, Graxa	—	33	—	30	—	28	—	31	—	6
Tintas	—	—	—	—	31	10	35	8	—	8
Música	8	—	8	—	7	—	8	—	8	—
Imprensa	—	30	—	31	—	38	—	49	—	31
Objetos Ornamentais	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—
Mármore e Gesso	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Total	972	1.146	933	1.083	1.046	965	1.113	1.049	900	1.242

Notas: (a) Fundições de porte: 1861(10); 1866(5); 1873(17); 1875(0); 1881(34); (b) Tecelagens e Fiações de Algodão: 1861(2); 1866(0); 1873(2); 1875(3); 1881(2); (c) Construtores Navais e Estaleiros: 1861(11); 1866(7); 1873(9); 1875(8); 1881(5).

A tabela 1, como já dissemos, evidencia o declínio do artesanato. Entretanto, seja pelo valor do capital, seja pela força motriz empregada, a maioria das "fábricas" assinaladas não passava ainda de manufaturas. Esta forma de organização produtiva era mais compatível com a economia de plantação escravagista predominante nessa época que consumia o capital na lavoura, na comercialização dos produtos tropicais e na importação de escravos do Nordeste(11). Entretanto, o caráter capitalista da manufatura afirma-se nitidamente no emprego de trabalhadores livres assalariados, trabalhadores esses que haviam perdido o controle do processo produtivo. O passo seguinte foi a perda progressiva de sua posição como trabalhadores parciais habilitados, para se transformarem

cada vez mais em operadores de máquinas-ferramentas. Entre os ramos que se "modernizaram" estavam o têxtil, já em plena fase industrial, o de chapelaria, o de couros e calçados, de móveis, metalurgia, alimentação e bebidas.

As causas mais imediatas dessa transformação no processo produtivo estão ligadas aos efeitos da crise econômica de 1875, mas o pano de fundo é a decadência da cafeicultura baseada no trabalho escravo.

O período 1870-1894 foi marcado por várias flutuações na atividade econômica, tanto rural como urbana. No Rio de Janeiro, o crescimento econômico ensejado pela Guerra do Paraguai cedeu lugar, após 1875, a uma fase de crise e instabilidade. A crise de 1875 iniciou-se com um sério

(11) LOBO, E.M.L. *Idem*.

FORMAÇÃO DE OPERARIADO

problema cambial. Em face da emissão do empréstimo de £ 5.000.000 contraído em Londres e a exportação da abundantíssima colheita de café de 1874 a taxa de câmbio elevou-se bruscamente, trazendo em consequência uma saída de capital para o exterior em quantia talvez superior a 40.000:000\$000. O Governo resolveu então limitar a circulação monetária e, em consequência da restrição, iniciava-se, em meio daquele ano, uma forte crise financeira. Medidas subseqüentes taxando matérias-primas importadas iriam aprofundar as já difíceis condições das manufaturas e fábricas nacionais. A investida dos importadores de produtos manufaturados veio a compor o quadro de dificuldades, provocando falências em ramos como o de chapéus, couro e calçados, vestuário e confecções e joalheria. Resultado inevitável foi o desemprego e a desocupação de uma parcela dos "artistas" que trabalham por conta própria ou assalariavam-se nas manufaturas.

Por volta de 1878, a situação de crise parecia já estar superada mas o quadro geral da instabilidade econômica ainda se mantinha. Apesar disso, os interesses industriais alcançaram alguma proteção por parte do Governo, com a revisão da tarifa alfandegária encaminhada pelo decreto n.º 7.552, de 22 de novembro de 1879. O ano de 1880 foi visto por um empresário da época como marcando "uma época de engrandecimento para as indústrias nacionais" A partir de 1883, a decadência da lavoura cafeeira do Vale do Paraíba toma proporções cada vez mais críticas.

A Associação Comercial do Rio de Janeiro estava consciente de que havia uma correlação entre a depreciação das terras e das culturas com a anulação progressiva do valor do capital representado pelos escravos. É no contexto desta crise geral que os capitais se deslocam para novas áreas de investimento, o que se tornara possível porque o capital comercial já dominava a produção agrícola baseada no

trabalho escravo. A lei das Sociedades Anônimas, de 1882, facilitava ao máximo os investimentos ao franquear a constituição inicial das empresas com apenas 10% do capital. As fábricas têxteis fundadas no final da década dos anos 1870 e inícios de 1880, como a Aliança, a Fábrica de Tecidos Rink, e Bandeira Steele & Cia, transformaram-se em sociedades anônimas; outras são inundadas a partir da segunda metade da década de 1880, como a Bonfim e a Corcovado. Estas empresas realizaram, nos anos finais do Império, substanciais investimentos em capital constante, aumentando sua capacidade instalada. A transformação do trabalho agrícola e o desenvolvimento das indústrias vinham exigir a emissão de papel-moeda, expansão do crédito e medidas protecionistas por parte do Estado. A Lei Bancária de 1888 ampliou o crédito para a indústria; as dificuldades cambiais forçaram o Estado a elevar as tarifas alfandegárias de importação entre 1890 e 1892; finalmente, o papel-moeda aumentou de 3,5 vezes entre 1889 e 1894. Não foram apenas as indústrias têxteis que conheceram uma fase de crescimento e expansão. A construção civil foi fortemente impulsionada. A Empresa de Saneamento do Rio de Janeiro, estabelecida em 1889 com um capital de 10:000:000\$000 possuía quase todas as vilas operárias do Rio de Janeiro que estavam substituindo os antigos cortiços, pedreiras, caieiras e explorações de mármore. A Companhia de Luz Stearica (velas) pôde aproveitar a conjuntura do Encilhamento para firmar sua posição no mercado e realizar investimentos. Deve-se observar que a desvalorização da moeda e a elevação da tarifa alfandegária sobre as importações não impediram a importância dos equipamentos requeridos pela renovação tecnológica pela qual estavam passando as indústrias.

O padrão histórico do desenvolvimento capitalista dependente começa a delinear-se já nesta fase. Um viajante alemão que esteve no Brasil, no início da década de 1870, observou com muita pertinência as

limitações do nosso incipiente processo de industrialização. Ele ressaltou⁽¹²⁾

“(. . .) a circunstância dos progressos na atividade industrial não se enfileirarem naturalmente uns após outros; por exemplo, os inventos mais recentes são empregados antes de se ter aprendido a fabricar toda a ferramenta e máquinas de toda a espécie no próprio local”.

A instalação de um setor de bens de produção e o ensino técnico-profissional capazes de garantir uma “revolução industrial” em bases autônomas somente poderia ter sido, sobretudo em países coloniais ou semicoloniais como o Brasil, uma iniciativa do Estado. Mas, ao contrário do que acontecia na Alemanha, Japão e demais países que chegavam “tardamente” ao capitalismo, onde o Estado promovera intensamente o esforço industrial com toda sorte de medidas protecionistas, fiscais e técnico-educativas, no Brasil o governo limitou-se a expandir os setores considerados estratégicos para a defesa nacional, como os arsenais régios. A concessão de privilégios à indústria nacional, através das loterias, não constituiu fator de capitalização suficiente. A política tarifária não passou, de um modo geral, do interesse fiscal do Estado em equilibrar suas finanças. Quando, entretanto, as tarifas alfandegárias sobre as importações passaram a ter também uma motivação protecionista, como foram as de 1881, 1887 a 1889, o setor beneficiado foi a indústria de bens de consumo leve, enquanto o incipiente setor de bens de produção era sensivelmente prejudicado com as baixas alíquotas sobre as importações de ferro gusa e em barra, máquinas e equipamentos industriais⁽¹³⁾.

(12) CONSTATT, Oscar. *Brasil, a terra, a gente*. Rio de Janeiro, s. ed., 1954.

(13) LAGO, Luiz A. Corrêa et alii. *A indústria brasileira de bens de capital: origens, situação recente, perspectivas*. Rio de Janeiro, FGV/IBRE, 1979.

A população do Rio de Janeiro quase dobrou entre 1872 e 1890, evoluindo de 274.972 para 522.651 habitantes. Estimativas feitas posteriormente indicam este como sendo um dos períodos de maior crescimento demográfico. Por decênios, o crescimento anual da população do Rio de Janeiro teria sido de 3,84% entre 1872 e 1880; de 4,54% entre 1880 e 1890; de 3,23% entre 1890 e 1900 e de 2,91% entre 1900 e 1906⁽¹⁴⁾. O crescimento demográfico é uma das variáveis mais manipuladas pelos historiadores para construir o quadro da população disponível à industrialização. Apesar de um consenso sobre o peso maior dos *não-naturais* da cidade do Rio de Janeiro, divergem os pesquisadores quanto à sua *origem*. Boris Fausto enfatiza mais o esvaziamento demográfico do interior do Estado do Rio de Janeiro, propondo a hipótese de que a crise da cafeicultura escravocrata no Vale do Paraíba teria levado um grande contingente de migrantes, sobretudo de ex-escravos, para a cidade do Rio de Janeiro. Stanley Stein propõe outra hipótese: para ele, houve uma migração destes ex-escravos para as regiões cafeicultoras de Minas e São Paulo, onde os salários eram mais altos. Nancy Naro trouxe, no relatório de pesquisa “Rio de Janeiro: Cidade e Campo no Complexo Regional 1850-1950” evidências empíricas para esta hipótese. Ela também constatou um crescimento demográfico nas zonas açucareiras do Norte Fluminense, para onde teria se dirigido uma parte dos trabalhadores “liberados” das plantações de café do Vale do Paraíba. Mary Hasley destaca, por outro lado, a importante corrente migratória vinda do Nordeste⁽¹⁵⁾. O crescimento demográfico

(14) ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL (1908-1912), Vol. I, p. XVIII.

(15) FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo, Difel, 1977.
STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café*. São Paulo, Brasiliense, 1961.
NARO, Nancy. *Cidade e Campo no complexo regional*. Rio de Janeiro. Convênio UFF/FINEP, 1984. Relatório de Pesquisa.

FORMAÇÃO DE OPERARIADO

da cidade do Rio de Janeiro deveu-se também à imigração, sobretudo portuguesa. O censo de 1890 teria subestimado o número de estrangeiros na população⁽¹⁶⁾.

TABELA 2

POPULAÇÃO DE FATO
SEGUNDO A NATURALIDADE
RIO DE JANEIRO:
1872-1890

	1872	1890
Naturais	164.857	230.976
Não-Naturais	110.115	291.675
Nacionais	25.845	167.323
Estrangeiros	84.270	124.352
População Total	274.972	522.651

Fonte: Censo de 1872 e 1890.

As limitações dos censos demográficos e de outros registros do movimento de população para o período dificultam qualquer tentativa de generalização. Estamos pisando num terreno pouco conhecido e uma apreciação de conjunto ainda depende de estudos parciais.

Em que pesem as dificuldades na solução do problema da origem da população não-natural da cidade do Rio de Janeiro, os valores globais permitem deduzir, com razoável segurança, que se tinha constituído uma população excedente capaz de garantir uma oferta abundante de mão-de-obra para as indústrias. Segundo o censo de 1872 existiam 9.428 artistas e 18.091 operários. Ao final dos anos da década de 1880, o tradicional peso do artesanato encontrava-se fortemente abalado. De acordo com o censo de 1890, as atividades manufatureiras ocupavam

(16) FAUSTO, Boris. Op. cit., p. 31. A referência é de MARAN, Sheldon L., *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*.

48.681 pessoas, enquanto o número de artistas diminuía para 5.850.

A percepção da inevitabilidade do fim do escravismo induziu os porta-vozes dos proprietários de terra e capital a tratar, com ênfase crescente, das medidas julgadas necessárias à disciplinarização da força de trabalho livre. Já em 1871 um desembargador do Rio de Janeiro havia colocado com clareza os termos da questão quando afirmava que as leis civis eram insuficientes e inadequadas, uma vez que não obrigavam o trabalhador livre a cumprir o seu contrato e propunha uma legislação em que se estabelecesse a pena de prisão para o descumprimento do contrato. Se uma legislação obrigando os operários ao trabalho deixou de ser decretada, as pressões sobre eles fizeram-se sentir de diversas formas. Uma destas foi a imposição de multas e punições pelos menores desvios aos regulamentos internos nas fábricas. A compulsão para o trabalho tornou-se cada vez mais acentuada no final dos anos da década de 1880. A repressão à vagabundagem, com a deportação de "desordeiros" e "vagabundos" para o Mato Grosso, foi notícia freqüente na imprensa desse período. O recrutamento forçado na Marinha, prática que vinha dos tempos do Brasil-Colônia, constitui também uma forma indireta de disciplinarização do trabalhador⁽¹⁷⁾. Logo depois da derrubada da monarquia, o novo regime republicano decidiu enquadrar a vadiagem como contravenção em espécie. Ao mesmo tempo, a greve era definida como *crime* desde que atentava contra a liberdade de trabalho⁽¹⁸⁾. Esta legislação penal expressava assim o compromisso fundamentalmente burguês do novo regime republicano.

(17) GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História: 1763-1822*. Rio de Janeiro, s.e., 1951.

(18) CÓDIGO PENAL. Decreto n.º 847, de 11/10/1890, artigos 205 e 206 (greve) e 399 (vadios e capoeiras).

3. Período de 1870 a 1888

Conjuntura dos Anos 1870-1888

Do mesmo modo que na Inglaterra do final do século 18, também no Brasil durante os anos da década de 1870, constantemente se faziam ouvir as reclamações dos fabricantes contra o mal dos "altos salários" em virtude da "escassez de braços". A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional se referia, em fins de 1871, à falta de braços, e mais especialmente à de operários idôneos, causa da elevação dos salários.

A causa desta "escassez de braços" seria, de acordo com a S.A.I.N., uma consequência da Guerra do Paraguai. De fato, a mobilização para a guerra retirara do mercado de trabalho um número muito grande de homens válidos, sobretudo de escravos. Por outro lado, pelo menos na primeira quadra da década de 1870, o artesanato parece ter encontrado melhores condições de sobreviver à desmobilização trazida pelo fim da Guerra.

A carência e os preços dos alugueis de escravos devem ter desempenhado um papel crucial nesta fase. Numa economia pré-industrial como era a do Rio de Janeiro, uma oferta de escravos a preços baratos seria essencial para deprimir os salários dos trabalhadores livres. Com exceção do serviço doméstico, os escravos não predominavam em qualquer outro setor da economia urbana; mas os preços dos alugueis provavelmente serviam como um patamar para a fixação dos salários. Segundo Eulália Lobo, a fábrica de velas da Companhia Luz Stearica

"empregava exclusivamente escravos até setembro de 1857, quando começaram a ser contratados colonos. A partir de dezembro de 1874 os escravos passaram a ser alugados mas, como o aluguel era mais alto do que os salários, era tão vantajoso importar o colono que a fábrica de velas, que empregava

20 escravos em 1856, só alugava 7 em 1874 e já não mais os alugava em 1888"(19).

Casos concretos de "escassez de braços" foram divulgados pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, através de sua publicação própria. Um caso de disputa por mão-de-obra aconteceu por volta de 1875, atingindo a fábrica de luvas dos Srs. Sertori & Pinho. Uma nova fábrica, pretendendo estabelecer-se, aliciou todo o pessoal masculino por meio de uma greve.

A falta de operários afetava inclusive grandes estabelecimentos, como a fábrica de tecidos da Companhia Brazil Industrial. No relatório de 1875 a diretoria apontava, entre as dificuldades que concorreram para elevar os custos, a notória escassez de operários e conseqüente alta dos salários, sendo a causa o grande número de empresas, que disputavam entre si o limitado pessoal disponível.

O estabelecimento de calçados de Cathiard & Alaphilippe, apesar de se ver às voltas com vendas declinantes em 1877, procurava manter os seus 10 operários alegando a carência de trabalhadores especializados. Temiam despedi-los por não ter a certeza de encontrá-los novamente quando a situação econômica melhorasse.

Os fabricantes não demoraram a aprender as "regras do jogo" do mercado capitalista vigentes na Europa. A introdução de mulheres e crianças, recebendo salários abaixo ou no nível de subsistência, constituiu a medida fundamental para estabelecer o patamar a partir do qual o salário dos operários fosse considerado nas negociações.

Conforme o censo de 1872, apenas 10 mulheres estavam ocupadas como "operárias" sendo 8 no ramo de vestuário e 2 no de chapéus. Grande era, porém, o número de mulheres dedicadas ao ofício de

(19) LOBO, E.M.L. Op. cit.

TABELA 3

EMPREGO DE HOMENS, MULHERES E
CRIANÇAS NAS MANUFATURAS
E INDÚSTRIAS – 1882

Ramo	Número de Estabelecimentos	Total de Operários	Homens	Mulheres	Crianças
Têxtil	2	574	288	115	171
Chapéus	9	510	423	47	40
Móveis	24	470	419	—	51
Calçados	6	825	688	97	23
Selins e Arreios	12	114	84	2	28
Metais	31	946	840	—	106
Total	84	3.439	2.742	261	419

Fonte: RELATÓRIO a S. Ex. o Sr. Ministro da Fazenda, pela Comissão de Inquérito Industrial. Vol I. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1882.

“costureiras” (11.592). O mesmo censo informa sobre a existência de 92.106 indivíduos “sem profissão” número este bastante elevado para a população total de 274.972 pessoas. Embora o censo não informe sobre a faixa etária da população “sem profissão” nesta estavam incluídos, muito provavelmente, um certo número das 31.468 crianças na faixa de 6 a 15 anos que não freqüentavam escola na Corte. Estas e as mulheres adultas devem ter constituído, pelo menos em parte, a população disponível de que lançaram mão os fabricantes para enfrentar a “escassez da mão-de-obra”

A Companhia Brazil Industrial empregava em 1874 um total de 27 operários de ambos os sexos contratados na Inglaterra. Mas já se referia à promissora oferta “espontânea” de crianças, as quais, por “modica retribuição” poderia ser utilizada em serviços que demandassem mais destreza do que força muscular. Um ano depois, a empresa divulgava na imprensa a seguinte informação:

“O serviço da fábrica é feito por 230 operários, sendo do sexo masculino

170, dos quaes homens 126 e meninos 44, e do feminino 60, sendo mulheres 32 e meninas 28.

“Entre os meninos e meninas há crianças de cinco annos que já prestão valioso auxilio com seus pequenos serviços, e assim realiza a instituição mais de um fim nobre, aproveitando o concurso dessas pequenas forças, e habituando ao trabalho crianças que a vagabundagem das ruas só poderia tornar antes desgraçados”.

A fábrica de luvas dos Srs. Sertori & Pinho empregava 284 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, trabalhando na fábrica, nos recolhimentos de Santa Theresza (em Botafogo), no Asylo de Santa Leopoldina (em São Domingos) e em diversos casas de famílias na Corte e em seus arredores.

Uma fábrica de cigarros em São Domingos empregava 150 crianças. O ramo de flores artificiais representado na Exposição da Indústria Nacional de 1881 por Augusto Barthel, Mills. Natté, Carvalho & Ribolsi, M. Rosenwald e D. Maria das Ne-

ves, ocupava quase exclusivamente meninas. Referindo-se à fábrica de Carvalho & Ribolsi, o relator do grupo de flores artificiais observou:

“É de se esperar que com o tempo esses fabricantes aperfeiçoem os seus trabalhos, nos quaes já empregam avultado numero de meninas, na maior parte orphãs”.

A exploração do trabalho de crianças orfãs neste ramo não encontrava qualquer limitação legal. Antes, apresentava-se como obra de assistência social e seus patrocinadores, que auferiam bons lucros, como beneméritos. Em 1889, a Fábrica Orphanologica (ou Fábrica das Flores), de Ribeiro de Carvalho & Companhia, apresentava à Exposição da Indústria brasileira as flores artificiais produzidas pelos seus 80 operários, dos quais 50 eram meninas. Dirigida por Matilde Guido, a fábrica era apresentada como sendo um “asilos de ensino profissional”

Os asilos de menores datam de época bastante recuada: a Santa Casa de Misericórdia fundou o Recolhimento de Santa Tereza em 1854; o Asilo de Santa Leopoldina na mesma data; a Sociedade Amante da Instrução criou o Colégio das Órfãs em 1846; o Asilo dos Meninos Desvalidos foi obra do Governo Imperial, no ano de 1875.

A exploração do trabalho a domicílio constituiu outra forma dos fabricantes enfrentarem a “escassez de trabalho” e os “altos salários”. As empresas do Estado, como os arsenais régios e colégios de fábrica têxteis já lançavam mão deste recurso nas primeiras décadas do século 19.

O Arsenal de Marinha entregava trabalho para as costureiras viúvas de militares ou de inválidos da pátria, sendo a distribuição do serviço feita por sorteio no qual entregavam 50 costureiras cada vez. As manufaturas de chapéus Souza Machado & Cia e a Costa Braga, Irmãos & Cia

também mantinham costureiras ou operários “externos”.

A Fábrica de Tecidos São Lazaro empregava em 1879 um total de 60 operários, 25 menores e 30 mulheres e meninas. Na atividade de dobrar o fio, a São Lazaro ocupava 10 mulheres “a domicílio” Sete anos mais tarde, o fundador da fábrica orgulhava-se em comunicar à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional que o seu estabelecimento dava trabalho “a domicílio” a perto de 200 famílias.

Um rebaixamento geral dos salários somente seria possível, entretanto, pelo concurso de outros fatores. Muitos ramos dependiam do trabalho de operários especializados, ocupados em atividades ainda tipicamente artesanais apesar do emprego de máquinas-ferramentas. Uma oferta abundante e barata de mão-de-obra era desejada pelos fabricantes; a crise econômica de 1875, o período de instabilidade que se seguiu, arruinando os artesãos e empurrando-os à miséria, a entrada crescente de imigrantes, a libertação de escravos — todas estas circunstâncias históricas possibilitaram que os desejos dos fabricantes se transformassem em realidade.

A crítica situação dos artesãos chapeleiros em 1876 motivou-os a procurar a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Em sua representação os artistas chapeleiros denunciaram a ação dos importadores em prejuízos da manufatura nacional, situação em virtude da qual inúmeros eram os desocupados. Denunciaram ainda o rebaixamento salarial daqueles que tiveram a sorte de permanecer em seus postos de trabalho. Em maio de 1877 os artistas afirmavam ter os desempregados passado à condição de simples “concertadores”; alguns procuravam trabalho nas fábricas de chapéus de lebre, sujeitando-se como aprendizes de uma nova arte, a módicos salários; outros recorriam à empresa Gary (serviço de limpeza pública) ou a trabalhar nos bondes; uma parte vivia como simples “ganhadores”

FORMAÇÃO DE OPERARIADO

Não muito diversa era a situação dos alfaiates. Sofrendo a concorrência de lojas importadoras de roupa feita (seriam por volta de 300 lojas) inúmeros oficiais alfaiates viram-se jogados à miséria. Restava-lhes "(. .) apenas as costuras reduzidas a roupas ordinárias, que são feitas pela pobreza a preços tão misérrimos, que desafiam a importação"

O espetáculo da pobreza suscitou reações diversas, conforme os interesses em questão. Os parlamentares advertiam para o perigo das perturbações sociais. Os fabricantes, sem deixar de lembrar este risco, colocavam o problema na dependência da proteção à indústria nacional.

A imprensa oposicionista tinha, entretanto, outra posição. Ao denunciar uma cidade cheia de gente que não tinha o que fazer, criticava sobretudo o Governo. Condenando as perseguições policiais contra os jogadores e pequenos especuladores, culpava o Governo pela situação, lembrando ter ele mesmo promovido demissões dos operários de seus arsenais, para concluir que era inevitável que, "numa capital balda de oficinas, os operários caíssem na vagabundagem e recorressem ao jogo"

O ramo da construção naval durante a Guerra do Paraguai tivera um grande ímpeto, de tal monta que em 1867 ocupava o Arsenal de Marinha 2.296 trabalhadores em 13 oficinas. Já em 1874 o Governo isentou de direitos adicionais entre outras as máquinas destinadas a navegação, isenção confirmada pela tarifa de 1881, afetando assim uma das atividades do Arsenal, que era a produção de motores. Alegando necessitar uma contenção de despesas, o Governo começou a demitir seus operários. Em 1883, trabalhavam nas oficinas do Arsenal apenas 535 artistas.

Porém o Governo — denunciava a imprensa operária e oposicionista da época —, suspende as obras, mas faz encomendas para a Europa e favorece os interesses de particulares.

Havia ainda uma classe especial de indivíduos desocupados, ou que o estavam em vias de ser: os escravos de ganho deslocados pelo trabalho livre nas indústrias, no comércio e nos transportes. O "progresso" solapava as condições de subsistência dessa massa de negros até mesmo onde estavam "tradicionalmente" ocupados. Veja-se, por exemplo, a descrição feita por um viajante alemão em inícios da década de 1870:

"A vida nas ruas do Rio deve ter mudado muito ultimamente. Sobretudo porque os negros carregados estão sendo substituídos por carroças puxadas por muares. Dantes o transporte do principal produto no comércio do Rio de Janeiro, o café, era quase exclusivamente feito na cabeça dos famosos carregadores de café. (. .)(20)

A massa de desocupados estaria aumentando também em virtude da imigração espontânea. Em 1883, a Comissão Parlamentar de Inquérito apresentava ao Corpo Legislativo o parecer de que, devido à imigração, encontrava-se no Rio de Janeiro uma população sem trabalho fixo. Segundo a mesma fonte as mulheres entregavam-se à prostituição, ao furto ou viviam de esmolas; os homens tornavam-se vendedores de peixes, hortaliças e frutas, encaixando estes produtos ou se faziam mascates de bugigangas.

A maioria dos migrantes entrados no período 1879-1889 dirigiu-se para as províncias, sobretudo São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Mas, como podemos verificar na tabela 4, a massa de indivíduos registrados com destino "Corte ou desconhecido" é bastante significativa em termos de uma população disponível para a industrialização. O problema reside justamente na impossibilidade de determinar o destino. Temos apenas o destino provável; condições econômicas (oferta de emprego) e sanitárias devem ter desempe-

(20) CONSTATT, Oscar. Op. cit.

TABELA 4

MIGRANTES ENTRADOS NO PORTO DO
RIO DE JANEIRO E DESTINO
1879-1889

Ano	Entrada	Destino	
		Províncias	Corte ou Desconhecido
1879	22.189	8.806	13.383
1880	40.783	16.652	24.131
1881			
1882	25.845	20.124	5.721
1883	26.789	13.737	13.052
1884	17.999	9.598	8.401
1885	22.727	14.271	8.456
1886	25.741	14.847	10.894
1887	31.310	20.076	11.234
1888	55.863	39.895	15.967
1889(a)	47.760	29.793	17.967

Nota: (a) Dados até setembro.

Fonte: RELATÓRIOS do Ministério da Agricultura, 1879 a 1889.

nhado alguma influência, se não a preponderante, na fixação de uma parte deste contingente na cidade do Rio de Janeiro.

Vimos, na introdução, que a economia urbana, com a indústria têxtil à frente, estava atravessando um período de expansão no final dos anos 1880. Por outro lado, o número de óbitos devidos a febre amarela caiu de 10.308 (entre 1868 – 1876) para 4.053 (entre 1877 – 1882) e 3.404 (entre 1883 – 1886).

Em princípios do ano de 1887, a situação do mercado de trabalho era francamente favorável aos fabricantes, a tal ponto que um deles afirmava que no país, “a família honesta já procura trabalho”

A existência de uma mão-de-obra excedente ao final dos anos 1880 permitiu o rebaixamento geral de salários e viabilizou para os capitalistas industriais as grandes despesas em máquinas modernas importadas do estrangeiro. Conforme de-

núncia de um jornal operário, os trabalhadores empregados na tecelagem do Distrito Federal recebiam em 1890 entre 1\$500 e 1\$700 (quando oito anos antes recebiam de 2 a 4\$000).

Os tempos da “escassez de trabalho” e “altos salários” constituíam, já então, uma lembrança do passado.

Condições de Vida do Operariado e dos artesãos

Processos de Trabalho

Uma análise das condições de trabalho vigentes nas empresas no período 1870-1890 precisa considerar a heterogeneidade dos processos produtivos.

No ramo têxtil, o que se deu foi uma verdadeira importação de plantas industriais. O comércio importador do Rio de Janeiro inviabilizou o desenvolvimento de uma “indústria doméstica de algodão” tal

FORMAÇÃO DE OPERARIADO

como aconteceu nas províncias do Maranhão, Ceará, em Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina, onde se espalhava grande quantidade de teares manuais. Porém mesmo dentro do ramo têxtil, tecnologicamente "moderno" pode-se verificar diferenças. Ao lado de grandes unidades fabris, onde o trabalho estava submetido a um processo automático, a exemplo da Brazil Industrial e da Aliança, existiam estabelecimentos menores em que parte do processo produtivo era mecanizado e parte era manual. Na Fábrica de Tecidos São Lazaro, a fabricação de meias, em 1880, era realizada através de máquinas movidas a vapor com uma potência de apenas 6 HP, enquanto as fitas e o preparo dos brins se fazia com teares manuais.

O ramo da chapelaria estava organizado sob um sistema tipicamente manufatureiro. Os métodos de trabalho eram todos manuais, consistindo em uma divisão bastante acentuada das operações (a preparação do pêlo exigia nada menos do que oito operações distintas), exigindo pouco capital fixo e reclamando muito recurso para o pagamento de salários e aquisição de matéria-prima. Ao final dos anos 1860 e sobretudo após a crise de 1875, com a concorrência das importações de artigos manufaturados, teve início a produção fabril propriamente dita. O trabalho manual em algumas operações foi substituído pelo das máquinas movidas a vapor, alargando-se em muito a força produtiva. Por outro lado, as dificuldades impostas pela crise econômica tiveram por consequência a concentração do capital.

No ramo de calçados, a transição do artesanato para a manufatura e desta para a indústria se deu muito lentamente. Em 1882, das seis grandes empresas, quatro eram manufaturas que utilizavam apenas a força manual e duas podiam ser consideradas máquino-faturas, sendo uma, a de Cathiard & Alaphillippe, mais "moderna" pois utilizava máquina-motor de 8 C.V. e dispunha de 58 máquinas, das quais 35 eram máquinas de costura. Não havia esta-

belecimento algum dedicado exclusivamente ao fabrico mecânico. O trabalho ou era misto, ou simplesmente resultado do esforço do operário. Ao lado dessas empresas manufatureiras existiam nada menos do que 117 oficinas, empreendimentos do tipo claramente artesanal. A progressiva subordinação da produção artesanal ao sistema de fábrica foi observada por Maria Cecília Baeta Neves em seu estudo sobre a greve dos sapateiros em 1906(21).

A manufatura tinha uma série de limitações "técnicas" para aumentar o valor por unidade produzida. A separação dos estágios de produção elevava extraordinariamente os custos e o tempo de trabalho gasto na produção tendia a se fixar numa norma rígida. Além disto, qualquer aumento da escala requeria o aumento proporcional dos trabalhadores empregados, ou seja, implicava maiores gastos com salários.

Vimos, no capítulo precedente, que após 1875 um certo número de operários de manufaturas estava desocupado, que ingressaram no mercado de trabalho mulheres e crianças etc. Quer dizer: existia uma oferta de mão-de-obra barata e esta era fundamental para compensar investimentos em maquinaria. A introdução desta permitiu, por outro lado, superar as limitações técnicas acima apontadas, intensificando o trabalho e estabelecendo um tempo de trabalho socialmente menor para a produção das mercadorias.

Formas de Remuneração e Jornada de Trabalho

O problema da fixação da melhor forma de remuneração do operário foi motivo de debate desde os primórdios da indústria. A discussão aparece na imprensa

(21) NEVES, Maria Cecília Baeta. Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa. *Revista de Administração de Empresas*, 13 (2): abr./jun. 1973.

que manifestava os interesses industriais nascentes. Seja em 1871, seja em 1885, prevalecia a opinião pelo pagamento de salário *por peça*, uma vez que o operário “não descansa no trabalho, empregando às vezes o seu máximo esforço para obter maior salário” Porém havia claramente a percepção de que o salário por peça não passava de uma forma a que se convertia o salário por tempo, pois interessava saber qual a quantidade de produtos em que o trabalho se materializava num dado espaço de tempo.

Em conseqüência, de fundamental importância era saber “quantas horas por dia civil tem o dia de trabalho no lugar ou quantas pode ter. O jornal *O Artista*, de 11/12/1870, afirmava que

“(. .) o dia de trabalho é, quasi que por toda a parte, de 9 horas para o homem livre; conta-se das seis da manhã as quatro da tarde, descontando-se uma hora para o almoço. Qualquer serviço feito em outras horas é pago por fóra do salário do dia, segundo accordo entre as partes. Na Europa o dia de trabalho é de 10, 12 e 14 horas, segundo os logares”.

A opinião favorável ao salário por peça tem, deste modo, uma explicação bem plausível: permitia empregar a força de trabalho tanto mais intensivamente quanto prolongar a jornada de trabalho.

As condições de desocupação parcial em que se encontravam operários de alguns setores, como aqueles dos ramos de chapéus e vestuário, tornaram possível aumentar a norma de produção. Desde 1876, os artistas chapeleiros já estavam trabalhando em obras de preço baixo, em face da concorrência do produto importado, tendo seus salários reduzidos de 40 a 50%. Em um chapéu que era vendido de 1\$100 a 3\$000, o oficial recebia apenas \$320 e “mesmo acabando 300 tem 96\$000” denunciavam eles em 1877. O número de chapéus por mês (300) devia

ser considerado como o resultado de um grande esforço e desgaste do artista, pois acrescentavam que o oficial, “estando doente e cansado, no mês seguinte faz apenas a metade”.

Contudo nos anos da década de 1880 muitas empresas pagavam salários diários a seus operários, como a Fábrica de Tecidos do Rink (têxtil), a Ferreira Chaves (chapéus) e a Carthiard & Alaphillippe (calçados). No ramo têxtil eram comuns formas combinadas: salário por tempo, diário, para os operários semiqualeificados e não-qualificados e salários por produção, para os qualificados, a exemplo dos tecelões que recebiam por metragem de pano tecido.

Na fábricas de tecido a jornada de trabalho variava de 9,5 horas (Brazil Industrial) a mais de 10 horas (Fábrica de Santa Rita). Mas os operários da empresa gráfica Leuzinger & Cia trabalhavam 8 horas diárias.

As fábricas têxteis estavam aprendendo também a intensificar o trabalho de seus operários. A Brazil Industrial diz, em seu relatório de 1878, ter funcionado 10 1/2 meses, trabalhando 343 operários (146 homens, 31 mulheres, 132 meninos e 34 meninas), conseguindo aumentar a velocidade dos teares e máquinas de dobrar o fio por meio de suplementos de madeira colocados nas polias de ferro.

No ramo de calçados, o salário do homem era de apenas 1,75 vezes maior do que o da mulher e 3,50 vezes maior do que o de um menor. No ramo têxtil não dispomos de informação para a cidade do Rio de Janeiro. Em Petrópolis, a S. Pedro de Alcântara pagava ao homem um salário 2 vezes superior ao da mulher e de 2,50 a 4 vezes superior ao do menor. No ramo de chapéus, as proporções eram de 2,25 e 3,25 maior respectivamente.

A diferença entre os salários pagos aos operários de fábrica e aqueles pagos aos

FORMAÇÃO DE OPERARIADO

trabalhadores "a domicílio" devia ser considerável. A Fábrica de Tecidos São Lázaro despendia, no ano de 1886, um valor de 2:000\$000 mensais para pagamento a 200 famílias que trabalhavam a domicílio, enquanto o dispêndio para os seus 100 operários orçava em 3:500\$000.

Em 1883, os operários de 2.^a e 3.^a classes do Arsenal de Marinha, cujos salários eram de 4\$500 e 4\$000 por dia, viram-se obrigados a fazer serviço de serventes, isto é, carregar madeiras todo o dia, recebendo apenas 1\$500.

Poder-se-ia supor que muito melhor fosse a situação do artesão independente. Esta é uma questão de perspectiva do historiador. Sob o ponto de vista da autonomia e liberdade de que gozava como proprietário dos meios de produção, as condições de trabalho eram inegavelmente melhores, pois ele próprio podia estabelecer as normas de sua atividade e o tempo de trabalho. Por outro lado, vivia comumente outra sorte de problemas, como a falta de serviço, os impostos sobre matéria-prima, o aluguel do imóvel, tudo encarecendo o preço de sua obra e dificultando o relacionamento com os consumidores.

Não devemos supor que houve, nesse período histórico, uma tendência geral e uniforme de empobrecimento das classes trabalhadoras. Havia muitas diferenças salariais entre os operários adultos ocupados nos vários ramos produtivos ou ainda diferenças entre oficiais e trabalhadores não-qualificados dentro de um mesmo ramo. No ano de 1881, metalúrgicos, gráficos e operários especializados do ramo de móveis recebiam salários mais elevados que seus companheiros do ramo de obras de couro e de chapéus. No caso das fábricas têxteis, o salário de um homem era inferior ao pago nos ramos metalúrgicos, gráfico e móveis, pois no primeiro recebia, em 1881, de 2 a 4\$000 e nos outros ramos de 2 a 6 ou a 8\$000 por dia. Operários metalúrgicos ocupados nas fun-

dições ganhavam mais (de 2 a 8\$000 em três estabelecimentos) do que nas atividades de serralheria (de 1\$400 a 5\$000 em três estabelecimentos).

Os trabalhadores que recebiam nos tetos das faixas salariais, isto é, oficiais e mestres, contramestres e encarregados, poderiam poupar uma pequena parte do salário, depositando-o na Caixa Econômica da Corte. Esta não é uma hipótese sem sentido, pois em 1885 a Caixa abriu 12.594 novas cadernetas, a maioria das quais pertencia a trabalhadores (2.054), operários e artistas (2.179) criados (1.605) e empregados no comércio (1.471). Do total das novas cadernetas, 6.431 pertenciam a nacionais e 6.163 a estrangeiros.

Saúde e Alimentação

O quadro da saúde da população trabalhadora era, como é possível imaginar, bastante crítico. Diante da falta de recursos médico-farmacêuticos, das constantes epidemias e das condições difíceis do mercado de trabalho, bastante elevada era a taxa de mortalidade na cidade do Rio de Janeiro.

Entre 1868 e 1876, morreram 10.308 pessoas por causa de febre amarela. No mesmo período, 14.844 pessoas morreram em virtude de tuberculose. Para os anos 1877-1882, os números são de 4.053 e 11.204 e para o período de 1883-1886, de 3.304 e 7.352. Ou seja, a tuberculose matava mais pessoas do que a febre amarela. Numa estatística compreendendo os óbitos por tuberculose em relação ao sexo, nacionalidade e condição (livre e escrava), verifica-se que homens mais do que mulheres, nacionais mais do que estrangeiros e livres mais do que escravos eram vítimas da tuberculose no período de 1868 a 1876. A explicação para o elevado número de óbitos devidos a esta moléstia foi dada por médicos da época como consequência das péssimas condições higiênicas nas habitações e fá-

bricas, favorecendo o contágio. Outros denunciaram as condições ambientais de trabalho nas manufaturas ou o problema do sedentarismo, quer dizer, pelo trabalho com uma posição de corpo fixa e sempre a mesma. Certamente a deficiência alimentar estava entre as principais causas, pois o quadro clínico da tuberculose inclui sempre a variável organismo humano. O ambiente de trabalho e a fadiga e o sedentarismo industriais vinham concorrer ainda mais para o enfraquecimento do organismo, favorecendo o contágio.

A deficiência alimentar foi um fato constatado por um médico que dedicou seu estudo ao assunto. A alimentação dos nacionais "pobres" (aí incluídos os operários) era extremamente deficiente. No almoço (pela manhã) e na ceia (à noite) a refeição compunha-se de café, chá ou mate e pão. No jantar (do meio dia às duas horas) era constituída por feijão, farinha de mandioca, carne seca (salgada) e frutas (laranjas e bananas).

"Nesta dieta estavam caracterizadas a fome específica de determinados alimentos, como também a fome global que se manifesta pelo déficit de calorias"(22).

Educação

O "padrão de vida" das classes trabalhadoras decerto incluía outros bens, valores e hábitos dificilmente mensuráveis. A instrução pode ser, em certos limites, quantificada. Dizemos em certos limites porque há aspectos incomensuráveis, a exemplo da instrução por aprendizagem na própria oficina ou fábrica. Inteligência para resolver problemas técnicos — pelo menos nas etapas iniciais da industrialização — nem sempre está associada ao co-

nhecimento das letras e números. Dentro desses limites, é possível afirmar, com base nos dados disponíveis, que a maioria da população era composta de analfabetos. Conforme o censo de 1872, dos indivíduos de condição livre, 99.156 sabiam ler e escrever e 126.877 eram analfabetos. Quanto aos escravos, o número dos que sabiam ler e escrever era inferior aos dias de um ano: 329 em 48.939 indivíduos. Apenas 1/4 da população em idade escolar freqüentava escola: 10.056 em 41.524 crianças na faixa de 6 a 15 anos. Dez anos depois, Rui Barbosa⁽²³⁾ apresentou uma ampla estatística da situação educacional na Corte. O quadro pouco havia mudado e até mesmo piorado, pois estavam inscritos 23,57% das crianças em idade escolar (contra 24,45% em 1872).

Numa sociedade sustentada no braço do trabalho escravo desempenhando funções simples nas fazendas de café e de açúcar, o analfabetismo poderia ser considerado um "mal necessário". Na mentalidade dos escravocratas, quanto menos instruídos fossem os trabalhadores tanto melhor. Eles associavam a instrução às convulsões sociais. Mas nas cidades, onde uma incipiente indústria estava nascendo, as necessidades de qualificação técnica estavam cada vez mais exigindo instrução e educação. Muitos fabricantes queixavam-se da falta de operários qualificados para lidar com o maquinismo importado.

Primeiras Associações e Manifestações

Em face do caráter dominante da questão do escravismo no período, as manifestações das classes trabalhadoras não se traduziram em movimento próprio e inde-

(22) CENTRO DE MEMÓRIA SOCIAL BRASILEIRA: A assistência média no Rio de Janeiro: uma contribuição para a sua história no período 1870-1945. ago/dez 1980. Convênio FINEP-SBI/CMSB. Relatório final de Pesquisa.

(23) BARBOSA, Ruy. Reforma do Ensino Primário e varias instituições complementares da instrução publica. Parecer e projeto da Comissão de Instrução Publica composta pelos deputados Ruy Barbosa, Thomaz do Bonfim Espinola e Ulysses Machado Pereira Vianna. Relator: Ruy Barbosa. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1882.

FORMAÇÃO DE OPERARIADO

pendente. A estratificação social determinada pela separação entre homens livres e escravos estabelecia uma divisão profunda no interior do mundo do trabalho. As primeiras associações de trabalhadores, as *mutualidades*, excluíam de seus quadros sociais os que não fossem de condição livre. Algumas, como a Sociedade Beneficente dos Artistas em São Cristovão, iam mais longe, determinando que não seriam admitidos como sócios indivíduos de cor preta e os libertos de qualquer cor. Menores (idade variando de 14 a 18 anos), velhos (idade variando de 55 a 60 anos) e mulheres também estavam excluídos.

Associações deste tipo, voltadas sobretudo para socorrer os enfermos ou impossibilitados de trabalhar e as famílias dos que faleciam na indigência, agrupavam uma ínfima parte das classes trabalhadoras.

Havia ainda outras limitações, como a condição exigida do associado ter comportamento regular, não estar envolvido em processo criminal, ser morigerado e não padecer de doenças crônicas. Essas condições circunscreviam uma separação entre aqueles socialmente reconhecidos por sua dignidade, honra, espírito de poupança etc. e o resto da massa trabalhadora, composta por indivíduos vadios e vivendo condições tais que favoreciam as agitações e a turbulência social.

O mundo das sociedades carnavalescas, das tavernas, dos ajuntamentos nas ruas, onde as fronteiras morais eram facilmente transpostas, deveria ser recusado. A imprensa da época denunciava os "campos do vício" que eram os clubes de maxixes, ao mesmo tempo em que tornava público o protesto de um "morigerado artista torneiro", confundido pela polícia com o chefe de uma malta de capoeira.

O caráter limitado das sociedades beneficentes era tacitamente aceito pelos seus dirigentes, havendo um reconhecimento de que as massas trabalhadoras pre-

cisavam e queriam outro tipo de organização. Assim se expressaram os dirigentes da Associação Fluminense em 1889:

"Tratamos de envidar esforços, não sómente para angariar novos socios, como também para fazer com que aqueles que se achavam em atrazo fizessem as respectivas entradas. Apesar, entretanto, de havermos nomeado comissões na quasi totalidade dos estabelecimentos typographicos desta Côrte, pouco ou mesmo nenhum resultado sentiu da nossa tentativa."

"A indiferença para com tudo que não interessa intimamente á subsistencia, á conservação e á defesa da vida — é o distinctivo geral da nossa classe. E nem vae neste nosso asserto offensa a quem quer que seja: — é antes a ratificação de um facto do que uma censura"

Algumas tentativas de criar associações de tipo sindical aparecem no início dos anos 1870, como a Liga Operária. Constituída com a finalidade de prestar auxílio material e moral a seus associados, melhorar a sorte das classes operárias e propagar a instrução como meio de esclarecer quer o operário, quer o artista, esta entidade resolveu, a partir de 1878, assumir um papel exclusivamente beneficente. Mais tarde, na entrada dos anos da década de 1880, um movimento associativo dos operários dos arsenais resultou no surgimento da União Operária. Foi sob os auspícios desta entidade de caráter corporativo que os operários do estado realizaram assembleia em local público, a primeira atividade mais tipicamente sindical de que temos notícia neste período. Mas há também registros de pequenas reuniões de operários e artistas, realizadas nos salões das sociedades beneficentes. Dirigentes destas sociedades eram também membros da União Operária. Encontramos referências de ligações entre dirigentes, a Liga Operária e o Partido Republicano, sendo interessante que um diretor da Liga partici-

pou na "revolta do vintém", de que falaremos adiante.

A impressão que temos ao ler a documentação é a de um movimento em formação, ainda molecular, quase imperceptível, que buscava canais organizatórios adequados e que expressava, difusa e contraditoriamente, os anseios de reconhecimento do trabalho numa sociedade marcada pelos valores do escravismo. Este movimento, que incluía algumas mutualistas ou pelo menos parte de seus dirigentes, pode ser visto com uma contra-tendência dos segmentos de trabalhadores integrados ao *status quo* vigente na época. A participação da Imperial Associação Tipográfica Fluminense na campanha abolicionista permitiria que seus dirigentes vissem a si próprios, representantes de uma nova classe de trabalhadores livres, como fator de progresso e de liberdade.

Mesmo não dispondo de organizações sindicais, os trabalhadores defenderam seus interesses imediatos sempre que isso foi possível. Em 1876, os artistas chapeleiros encaminharam uma luta contra o desemprego e os baixos salários. Nesse mesmo ano, os caixeiros teriam realizado uma greve contra os comerciantes para conquistar o fechamento das portas aos domingos⁽²³⁾. Em 1878, os operários da fábrica de tecidos Brazil Industrial recusavam-se a aceitar o rebaixamento dos salários em troca de serviços médicos gratuitos oferecidos pela empresa. As formas espontâneas de resistência, como o absentismo e o rompimento dos contratos, ou ainda as agitações de rua, também foram registradas no período. Nos dias 1.º, 2 e 3 de janeiro de 1880 eclodiu a célebre "revolta do vintém" um movimento popular de certa expressão que enfrentou as tropas da infantaria para impedir a cobrança da taxa sobre os transportes urbanos na Corte do Rio de Janeiro. Meses mais tarde, o governo imperial revogou o decreto. Dois anos mais tarde, uma revolta semelhante se realizou contra o aumento do preço do gás.

A greve como forma de luta começa a ser discutida na imprensa. O tema parece ter alcançado alguma significação, pois o Governo estipulava, nos contratos com empresas para construção de obras públicas, cláusulas dispendo sobre o pagamento de salários em caso de greve.

É certo que a Abolição assinala o início de uma nova fase, a partir da qual se ampliam os horizontes do campo do trabalho. Mas um estudo mais atento das fontes históricas, mostra-nos o período anterior como tendo mais matizes e contradições do que os capítulos, extremamente sucintos, parecem indicar.

4. Período de 1888 a 1893-94

A Conjuntura

O período de 1888 a 1894 pode ser caracterizado pela abolição da escravatura, crise do café, logo recuperada devido à produção paulista, e pelo estabelecimento da República.

A oligarquia do café, temporariamente abalada, deu margem à política inovadora de Deodoro da Fonseca, de crédito amplo a todas as atividades, inclusive a industrial. A forte inflação, devida à política emissionista, restringiu a importação de produtos manufaturados concorrenciais, sem impedir a renovação e expansão das máquinas para cuja importação foram abertos créditos pelo novo governo. O custo da energia foi barateado, a política de tarifas ferroviárias favoreceu a exportação de mercadorias do Rio de Janeiro. A rede de transportes de que a cidade dispunha e o processo de integração do mercado nacional eram propícios ao salto qualitativo da produção secundária no Rio de Janeiro.

Trata-se de uma fase do período de transição para o capitalismo, graças à acumulação primitiva de capital no setor cafeeiro e aos estímulos à transferência deste para o setor industrial, em função dos

FORMAÇÃO DE OPERARIADO

mecanismos de crédito e das diferenças das taxas de juros. A lavoura cafeeira em crise no Vale do Paraíba contribuiu para esse processo e para a perda de primazia do porto do Rio de Janeiro nas exportações desse produto.

A crise do Encilhamento provocou a quebra de pequenas unidades, mas fortaleceu as novas fábricas dos setores de ponta, provocando uma mudança qualitativa do sistema produtivo.

A produção do Rio de Janeiro caracterizou-se pela produção de bens de consumo imediato, de gêneros alimentícios, fumo e bebidas, de chapéus, artigos de couro, entre os quais salientava-se a fabricação de sapatos, de sabão, velas, artigos de madeira (móveis, tamancos, barricas), de carroças e de bens de produção; oficinas metalúrgicas, arsenal da Marinha, estaleiro Mauá. O setor de serviços era de grande importância, companhias de carroças, que lutavam contra os novos meios de transporte, ferrovias, bondes, as companhias de navegação e os serviços portuários⁽²⁴⁾.

No período de 1888 a 1894, implantou-se no Rio de Janeiro a indústria de tecidos, de bebidas (mecanizada), de processamento de alimentos (Moinho Inglês, Cia Frigorífica etc.) e a de construção adquirem grande importância.

A facilidade dos transportes permitiu a transferência da indústria chave de tecidos do Nordeste, próximo à matéria-prima, para o Rio de Janeiro, no centro do principal mercado consumidor.

Ao contrário da tese de Wilson Cano, de que o declínio do café limitou as possibilidades de industrialização do Rio de

(24) STOTZ, Eduardo Navarro. *A Formação da classe operária no Rio de Janeiro: 1870-1890*. Convênio UFF-FINEP, 1984. (Relatório de Pesquisa "Cidade e Campo no Complexo Regional: 1850-1950").

LOBO, E.M.L. *Idem*, Op. Cit..

Janeiro pelo empobrecimento de seu *hinter land*, esta cidade valeu-se do mercado nacional como base de sua expansão⁽²⁵⁾.

A construção civil teve um grande impulso em função do aumento populacional, e das medidas governamentais de fomento à construção de casas populares.

Maria Bárbara Levy⁽²⁶⁾ admite que um círculo bastante vasto foi envolvido nas operações financeiras.

Rompem-se as rígidas barreiras sociais do Império.

A política de Ruy Barbosa, de desenvolvimento industrial, não era apenas uma questão econômica, mas também uma questão política.

A tabela 5 mostra a evolução do PIB e da potência instalada.

De junho de 1889 até 1902 houve 16 remanejamentos ministeriais na Pasta da Fazenda. Em 1892 Rodrigues Alves ocupou a Pasta, apoiando-se nos comerciantes e sobretudo nos plantadores de café. A sua política liberal contribuiu para a queda do PIB (-2,1) o que foi agravado pela sua recusa de empenhar o Tesouro nos problemas da praça do Rio de Janeiro. A autora salientou ainda que diante do aumento das emissões, do recrudescimento das operações especulativas e da agitação social, Floriano Peixoto denunciou a solidariedade entre os interesses bursáteis e as sublevações registradas em 1892 no Rio de Janeiro.

As despesas com a guerra no Sul, com o bloqueio do Porto do Rio de Janeiro, as

(25) CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Campinas, 1975 (mimeo.).

(26) LEVY, Maria Bárbara. O Encilhamento. In: NEUHAUS, Paulo. *Economia Brasileira — Uma Visão Histórica*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

TABELA 5

ALGUNS INDICADORES SELECIONADOS DA
ECONOMIA BRASILEIRA – 1888-1896

Ano	Meio de Pagamento		Taxa de Inflação (% ao ano) (a)	PIB (Cr\$ milhões) (a preços de 1949) (a)		PIB per capita (a preços de 1970) (a)	Potência Instal. (em MW) (b)				Apólices e Obrigações Fed. em Circulação (em 1.000.000,00)	Saldo do Balanço Comercial (em 1.000.000,00)
	Total (em Cr\$ mil a preços correntes)	Δ%		Total	Δ%		Térmica		Hidráulica			
							Total	Δ%	Total	Δ%		
1888	205,29	—	-5,7	21,27	—	65,85	0,400	—	—	—	0,437	—
1889	211,01	2,8	1,1	22,05	3,7	66,99	0,500	25,0	0,250	—	0,535	41,295
1890	297,73	41,1	27,8	22,17	0,5	66,09	1,017	103,4	0,250	—	0,439	25,145
1891	448,45	50,6	84,9	21,51	-3,0	62,77	1,017	—	0,250	—	0,537	25,411
1892	523,93	16,08	28,1	21,05	-2,1	59,98	3,034	198,3	0,375	50,0	0,542	91,215
1893	631,86	20,6	14,6	21,56	2,4	59,99	3,034	—	0,636	69,6	0,537	120,657
1894	712,36	12,7	17,1	21,02	-2,5	56,13	3,293	8,5	1,285	102,0	0,535	80,053
1895	678,07	-4,8	10,4	20,24	-3,7	53,68	2,843	16,7	1,991	54,9	0,539	81,908
1896	712,35	5,1	12,7	18,68	-7,7	48,37	4,083	6,2	3,592	80,4	0,534	12,088

Obs.: Reproduzido de LEVY, Maria Bárbara. *O Encilhamento*. In: NEUHAUS, Paulo. *Uma visão histórica do Rio de Janeiro*.

Fonte: (a) CONTADOR, Cláudio Roberto. *Mercado de ativos financeiros no Brasil* (perspectiva história e comportamento recente). Rio de Janeiro, IBMEC, 1974. 264 p.

(b) VILLELA, Anibal Villanova & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES (Monografia, 10)

encomendas de material bélico, para substituir os navios revoltados e ainda a compra de munições resultaram num aumento geral das despesas do estado. No fim da presidência de Floriano, o Tesouro estava vazio. Em 1894, a pedido do novo presidente Prudente de Moares, Rodrigues Alves foi novamente chamado para Ministro. A oligarquia do café voltava a dominar a presidência.

Apesar do *crack*, a grande maioria das empresas fundadas entre 1890 e 1900 manteve-se ativa no mercado de títulos durante 40 anos.

Os bancos dominavam as transações com ações, sendo a maior participação (87,81) em setembro de 1892.

As ações de transportes urbanos (*bonds*) aumentaram sua participação no volume de transações de títulos, a partir de 1893. O setor de navegação também teve grande importância (em 1889, 22,91%), o setor de serviços e obras públicas (em março de 1891, 21%). Nesses anos houve o aparecimento do porto, instalando-se a iluminação a gás.

As manufaturas de algodão tiveram um

aumento nominal de 13.500 contos em maio de 1889 para 84.210 contos em janeiro de 1892. A participação máxima na bolsa ocorreu em março de 1894, elevando-se a 15,71.

As companhias de Fiação e Tecidos Aliança, de Fiação e Tecidos Pau Grande, de Fiação e Tecidos Corcovado, de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, de Aniação de Botafogo, de São João, de Fiação e Tecidos São Félix, Rink de tecidos, e Companhia Progresso Industrial do Brasil aumentaram o capital durante ou no final do Encilhamento, acima da taxa de inflação. As companhias de tecidos tiveram facilidades de empréstimo, de negociação na bolsa e entre seus acionistas figuravam bancos. Estes também lançavam debêntures na praça e faziam empréstimos às indústrias de tecidos.

As indústrias de tecidos do Rio de Janeiro aumentaram de 4 para 14 e sua produção cresceu 11 vezes entre 1881 e 1895. Em 1891, havia 10 empresas de tecidos e em 1895, 14. A única fábrica de tecidos que quebrou durante o Encilhamento foi a Carioca comprada pela América Fabril e outra surgiu, de tecidos de seda. Algumas como a União Industrial

FORMAÇÃO DE OPERARIADO

São Sebastião aumentaram a capacidade instalada.

Em 1898 o capital investido nas oito companhias mencionadas pela Câmara Sindical, excluindo a de Aniagação de Botafogo (fundada em 1896) era de 32.950:000\$000 e em 1891 o capital dessas companhias era de 13.120:000\$000. Em 1895 o capital de sete empresas (excluída a Rink que não forneceu esse dado), São João, Confiança Industrial, América Fabril, Aliança, Progresso Industrial, Corcovado e São Félix era de 27.550:000\$000, e em 1891 o capital dessas mesmas companhias era de 11.920:000\$000. Houve, portanto, um aumento de capital substancial, sobretudo entre 1891 e 1894. O número de empresas se reduziu, aparentemente, no setor pioneiro de fiação e tecidos de 11 em 1891 para 8 em 1898, segundo as listas da Câmara Sindical, porém a do último ano não incluía três fábricas. O capital da maioria dessas empresas permaneceu estacionário entre 1894/95 e em 1898, sendo as únicas exceções as fábricas São João e Bangu. Se considerarmos que o aumento do papel-moeda emitido foi de 3,5 vezes entre 1889 e 1894, somente as Companhias Fiação e Tecidos Aliança, Fiação e Tecidos Confiança Industrial tiveram um aumento de capital de proporção ao das emissões.

A densidade demográfica do Rio de Janeiro passou de 247 habitantes por km² em 1872 para 405 em 1890. Em 1872 numa população total de 274.972 habitantes 190.689 eram nacionais e 84.283 (30,65%) estrangeiros e em 1890 num total de 522.651, 398.299 eram nacionais e 124.352 estrangeiros (23,80%)(27).

Apesar do aumento absoluto significativo de estrangeiros, a proporção baixara certamente devido à entrada de migrantes

(difícil de dimensionar), pois a mortalidade nesse período ainda era muito alta no Rio de Janeiro.

No período 1890-1894 entraram no Porto do Rio de Janeiro 334.715 imigrantes e saíram 144.399. Ficaram no Porto 190.316 imigrantes. Segundo Jayme Benchimol e Boris Fausto e entrada líquida de migração interna de nacionais foi de 85.547 pessoas entre 1890 e 1900, enquanto que a migração interna negativa do estado do Rio de Janeiro foi de 84.280 pessoas(28).

Organização e Dinâmica do Movimento de Artesãos e Operários

Pode-se observar na tabela 6 que as antigas corporações de pedreiros, marceneiros e pintores de caráter religioso tinham sido substituídos no período de 1853 a 1890, por associações, sociedades e clubes de caráter mutualista e beneficente, na maioria de ofício ou profissional. No entanto ainda perduravam as organizações de vários ofícios freqüentemente criticadas na imprensa operária por serem ineficazes.

A variedade de organização refletia em grande parte a situação do sistema produtivo antes de 1890, porém já começavam a adquirir importância os setores de transporte e tipografia.

Com as transformações do período em apreço, declinou a produção de artigos de couro, chapéus, de transportes, de carroças, carruagens, caleças etc., e expandiram-se os setores de tecidos, bebidas, beneficiamento de alimentos em escala industrial, transporte ferroviário, navegação e categorias portuárias. Nesses anos caíram as exportações de café, pelo porto do Rio, mas incrementaram-se a importação e a redistribuição de produtos.

(27) LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Idem*, op. cit..

(28) BENCHIMOL, Jayme. *Pereira Passos — Um Haussaman Tropical*. Dissertação de mestrado. UFRJ, 1983, p. 346.

TABELA 6

ORGANIZAÇÕES DE ARTESÃOS E OPERÁRIOS POR SETOR
— 1856-1890 —

Construção Naval	Sociedade Beneficente dos Artistas do Arsenal da Marinha da Capital — 1856 Sociedade de Beneficência dos Artistas da Construção Naval — 1858 Sociedade Marítima de Beneficência — 1883 Associação União Beneficente dos Pintores do Arsenal de Guerra — 1878-1883 Sociedade Beneficente dos Operários de Obras Hidráulicas do Arsenal da Marinha — 1887 Associação Beneficente Amparo Econômico dos Calafates — 1890	
Imprensa	Associação Tipográfica Fluminense — 1853 Associação das Empresas do Jornal do Comércio — 1862 Sociedade Beneficente dos Empregados da Gazeta de Notícias — 1880 Grêmio da Corporação da Companhia Tipográfica do Brasil — 1888	
Produção	Fumo	Sociedade Beneficente dos Empregados do Fumo — 1881
	Gêneros Alimentícios	Sociedade Beneficente e Protetora dos Refinadores de Açúcar — 1876
	Indústria de Construção	Sociedade Beneficente dos Marceneiros, Carpinteiros e Artes Correlatas — 1875
	Sapatos	Sociedade de Socorros Mútuos Protetora dos Sapateiros e Artes Correlatas — 1875
	Chapéus	Clube Protetor dos Chapeleiros — 1890
	Correiros	Sociedade dos Correiros, Seleiros e Artes Anexas — 1878-1883
	Alfaiates	Sociedade Auxiliadora dos Artistas Alfaiates — 1876
Serviços	Transportes	Associação Geral dos Auxílios Mútuos da Estrada de Ferro D. Pedro II — 1883 Sociedade de Socorros Mútuos e Montepio dos Maquinistas da Estrada de Ferro D. Pedro II — 1878 Sociedade Protetora dos Cocheiros — 1881
	Serviço	Sociedade Protetora dos Barbeiros e Cabelereiros — 1869
Vários Offícios	Sociedade Filantrópica dos Artistas — 1818 Sociedade Beneficente dos Artistas em São Cristovão — 1870 Associação de Socorros Mútuos da Liga Operária — 1878 Associação de Socorros Mútuos Carioca — 1878 Clube dos Proletários	

Fonte: RELATÓRIO de Projeto UFF-FINEP de Eduardo Stotz: A Formação da Classe Operária — Rio de Janeiro — 1870-1890.

O tipo de organização dessa década, está inserido entre a corporação e o sindicato, que só tomou impulso por volta de 1906 no Congresso Operário Brasileiro de abril desse ano, por influência dos anarco-sindicalistas.

Em 1902-1903 existem referências a

uma série de organizações em funcionamento, mostrando o esforço de organização dos artesãos e operários. Infelizmente, ainda não foi possível identificar a data precisa de fundação.

Em 1890 as eleições para a Assembléia Constituinte, em setembro deste ano, de-

FORMAÇÃO DE OPERARIADO.

ram origem à mobilização operária. O Centro Artístico do Rio de Janeiro, de caráter reformista, organizou um Partido Operário, cujo presidente era o tenente da Marinha José Augusto Vinhaes, abolicionista, republicano, florianista, que foi deputado federal de 1890 a 1893, tendo nessa capacidade atenuado a lei federal antigrevista de 1890.

O Centro Artístico tinha como base política os empregados da Estrada de Ferro Central.

Outro Partido Operário, fundado por Gustavo Lacerda, de caráter socialista, opunha-se às greves, a não ser como último recurso. Este partido desapareceu com as derrotas sofridas nas eleições de 1890. O jornal deste partido, *A Voz do Povo*, faliu nessa mesma época. Apoiava a idéia de cooperativas em vez de sindicatos.

Um terceiro partido operário, presidido por Roberto J. Kynysman, também tinha uma posição moderada quanto à forma de ação política, pelos caminhos institucionais, contra as greves e em prol da instalação de um tribunal de arbitragem para dirimir as questões entre operários e patrões.

A derrota nas eleições de 1890 também acarretou o desaparecimento do partido, que mantinha um jornal, *Echo Popular*, dirigido por Luís França e Silva.

A tendência geral em 1890 era reformista, de participação nas eleições e na vida política institucional.

Em 6 de janeiro de 1890, *A Voz do Povo* convidava "todos os artistas, operários e trabalhadores que soubessem ler e escrever" a entrar para o Partido Operário, a fim de que este concorresse às eleições para a Assembléia Constituinte. O jornal defendia a organização de um partido exclusivamente operário. No número de 7 de janeiro de 1890, *A Voz do Povo* identificava a República com a democra-

cia, as transformações sociais para o operariado e com a civilização moderna.

O *Echo Popular*, de 19 de junho de 1890, transcrevia o programa do Partido Operário do Brasil (socialista), que sustentava a defesa dos direitos da classe, a luta para apressar as leis, a fim de promover habitações operárias higiênicas e baratas, o ensino gratuito regular, técnico e prático, a reformulação mais eqüitativa do sistema tributário. Também defendia a organização de montepio dos operários, a reforma do sistema judiciário, para garantir a justiça para o pobre, e se propunha a lutar pela duração apropriada da jornada de trabalho e pela remuneração justa.

A greve de abril de 1890 das capatazias da Alfândega, por motivo de demissão arbitrária de dois capatazes, foi provocada pelo não atendimento do pedido de readmissão pela categoria, ao Inspetor e ao fracasso da iniciativa de solicitar ao Partido Operário que atuasse junto ao Governo.

No dia 15 do mesmo mês os carpinteiros navais da Saúde entraram em greve por aumento de salário em 20%, após as negociações com os mestres terem falhado.

Ainda em 13 de agosto de 1890, os gráficos e encadernadores das oficinas da casa Laemmert e Cia entraram em greve para reduzir a jornada de trabalho, tendo esta se estendido a todos os operários do ramo e resultando num acordo dos empresários para limitar a jornada de trabalho a oito horas.

Em novembro do mesmo ano, oficiais alfaiates de obra exportação suspendem suas atividades para exigir dos negociantes uma nova tabela de preços.

Nesse período os setores melhor organizados e em posição mais favorável para fazer pressão eram os portuários, de transporte e gráficos. A imprensa operária, nessa conjuntura, desempenhava um papel de grande relevância. De cerca de 343 perió-

dicos, do último terço do século XIX às duas primeiras décadas do século XX, 30% eram editadas no estado do Rio de Janeiro (apenas 31 fora da capital)(29).

Em 1891 a constituição não reconheceu os sindicatos e em 1892, o código civil também adotou a mesma posição.

Nesse mesmo ano o Tenente da Marinha José Augusto Vinhaes, tendo rompido com o Marechal Deodoro, procurava forçar a sua renúncia através de uma greve na Central do Brasil, aproveitando-se da sua ligação com o Centro Artístico do Rio de Janeiro. Este mesmo Centro apóia e participa da greve dos tecelões da fábrica Petropolitana, em junho e julho de 1891(30).

Em 10 de outubro de 1891 os operários da fábrica de calçados da Cia. Brasileira de Calçados entraram em greve, devido às exigências de entrega do produto no sábado em horário mais restrito.

De 1 a 5 de agosto de 1892 reuniu-se o primeiro Congresso Operário Nacional, organizado por França e Silva, ao qual compareceram 400 pessoas. Do programa, constava a jornada de oito horas e a organização de um partido. Essa iniciativa não teve sucesso.

O Tenente José Augusto Vinhaes, que já então se afastara do Marechal Floriano Peixoto, procurou articular uma greve de ferroviários da Central de funcionários públicos, com a revolta da armada, pois a política de Floriano Peixoto agravara as condições de vida do operariado.

Em 1895 uma greve dos operários do

(29) PEREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil, 1880-1920*. Petrópolis, Vozes, p. 89.

(30) STEIN, S.J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850-1950*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

Matadouro Municipal foi reprimida por ordens do próprio prefeito. À exceção desta greve, não encontramos outras referências a paralisações do trabalho entre 1893 e 1899-1900.

Em 1893 o Partido Operário Brasileiro definia um programa socialista no qual foram incluídos a eleição direta para todos os cargos, o sufrágio universal, a convocação de Assembléia Nacional Constituinte, o imposto único progressivo sobre salário e renda, liberdade ampla, abolição do exército, supressão da propriedade privada da terra, de privilégios e monopólios, criação de cooperativas, proibição dos patrões participarem de sociedades operárias, proibição de trabalho de menores de 12 anos, greve pacífica, juris arbitraris de patrões e operários, comissões mistas para regular o trabalho, as condições de higiene, reforma judicial.

A problemática do programa revela que eram freqüentes o pagamento de operários em vales, o emprego de crianças, a falta de habitação, de condições higiênicas nas fábricas, de alimentação barata e que as organizações operárias eram dominadas pelos patrões. As soluções propostas baseiam-se no pressuposto de transformação radical do Estado, que assumiria as tarefas de oferecer habitação, de fiscalizar as fábricas, de regular os impostos, os salários, a jornada, o trabalho infantil, os direitos civis e de dirimir questões operárias. O programa parece desvinculado das possibilidades reais de estabelecer um Estado Socialista no Brasil em 1893. Não inclui as formas de luta apresentando apenas a greve pacífica.

Condições de Vida do Operariado e dos Artesãos

A Jornada de Trabalho

Um dos problemas mais cruciais do operariado nessa conjuntura foi o da jornada de trabalho. A Gazeta Operária, o Caixeiro, condenavam a jornada de mais

FORMAÇÃO DE OPERARIADO

de 12 horas, que era comum como se pode observar nos artigos dos jornais operários.

Nas fábricas de tecidos Aliança e Cruzeiro, além das 12 horas diurnas, havia seções de 7 às 9 horas ou 9 1/2 da noite, para adultos, e de 1/2 hora para crianças, sem remuneração extra e obrigatórios. Na fábrica de Tecidos de Macacos, o trabalho estendia-se até as 9 horas da noite.

Na Companhia Confiança Industrial a jornada era de 12 horas, com uma hora para o almoço, ou de 6 às 11 horas, sem intervalo para almoço, com pagamento de meia jornada e a semana de trabalho incluía o domingo. Na fábrica Rink (tecidos) os operários entravam às 6 horas e saíam às 5 horas da tarde⁽³¹⁾.

Nas padarias, nos hotéis, nos restaurantes, bares e botequins a jornada durava de 13 a 18 horas.

As fundições Mangue, Carvalho e Cia Americana, impunham horas extras sem remuneração, além da jornada de 12 horas, e a última exigia trabalho aos domingos e feriados.

As oficinas da Estrada de Ferro Central estabeleceram um horário de 11 horas, das 6 às 5 horas, em 1890, e de 10 horas, de 6 às 4 horas, em 1902, este último era igual ao dos carris urbanos⁽³²⁾.

Em 1890 o horário dos trabalhadores do Arsenal da Marinha variava de 10 a 18 horas diárias, e a entrada e a saída se faziam sob controle militar.

(31) *A Voz do Trabalhador*. 3 de Agosto de 1909, apud. GÓES, Maria da Conceição Pinto de. *A Formação da classe trabalhadora no Distrito Federal e as propostas anarquistas, 1889-1911*. Dissertação de Mestrado, IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 1984, p. 38.

(32) *Echo Popular*. 5 de junho, 1890, apud GÓES, Maria da Conceição Pinto. *Op. cit.*, p. 37.

Na Imprensa Nacional, o trabalho principiava às 8 horas e terminava às 4 horas, sendo às vezes seguido de sesta das 4 às 6 da tarde, e de horário noturno de 6 às 10 horas da noite. No Diário Oficial a jornada estendia-se das 5 horas da tarde à manhã do dia seguinte⁽³³⁾.

As casas comerciais e boticas ficavam abertas até às 7 horas da noite e não fechavam nos feriados e domingos.

Os cocheiros, carroceiros e classes anexas, trabalhavam das 4 1/2 às 9 horas da noite, expostos ao sol e à chuva.

Os operários da construção civil iniciavam o trabalho às 6 1/2 da manhã.

O Processo de Trabalho

As condições de trabalho nas fábricas eram extremamente precárias, agravadas pelo rápido processo de mecanização. Na indústria de tecidos, o número de teares passou de 1.181 em 1881 para 4.706 em 1895 (faltando apenas 3 fábricas na estatística deste último ano).

No relatório do Dr. J.A. Barcellos da "Fábrica Companhia Industrial do Brasil" relativo ao ano de junho de 1890 a 27 de julho de 1891, observa-se que a grande maioria de doenças foi de caráter infeccioso, predominando as pulmonares, sendo 1.564 pessoas atendidas, das quais 1.117 adultos e 447 crianças (de recém-nascidos a 10 anos).

Dos casos atendidos, 32 de reumatismo foram relacionados pelo médico à umidade da fábrica com chão de cimento. Dos 15 ferimentos graves, dos quais um fatal, a maioria estava relacionada a ferimentos nas mãos esquerda e direita, nas seções de espulas ou de cardas (9 ao todo). Dos nove casos, 4 eram crianças de 8 a 10 anos de idade. Num dos casos uma espula

(33) *Idem*, *op. cit.*, rodapé, 32, p. 37.

ficou enterrada na mão esquerda de um operário.

As seções de maçarocas prejudicavam sobretudo as vias respiratórias e as de estamparia usavam produtos tóxicos, mas estas questões não foram abordadas pelo médico da fábrica. Na seção de tecelagem eram comuns acidentes com as lançadoras e na de fiação com as polias.

Outro acidente de trabalho descrito pelo médico foi o do operário de 9 anos de idade que teve a cabeça comprimida entre dois cilindros de ferro; um operário teve o pé ferido devido à queda de uma polia de ferro e uma criança de 10 anos também ficou ferida no pé, sem ser explicada a causa. Dois operários foram feridos numa explosão de uma mina com selo litro, que um deles estava carregando, sendo que um dos acidentados morreu. Um terceiro, feriu-se caindo da pedreira da fábrica⁽³⁴⁾.

Os operários das fábricas de tecidos reclamavam da falta de rolos e espátulas, das más condições dos teares. A Companhia Confiança cobrava multas por defeitos nas espulas que não eram da responsabilidade dos operários. Na fábrica Corcovado, era freqüente as lançadoras saltarem dos teares, machucando os operários.

Como as multas por paralisação do trabalho eram elevadas, os tecelões freqüentemente consertavam as polias em andamento, o que causava muitos acidentes.

Os trabalhadores da construção civil queixavam-se da insegurança dos andaimes.

(34) RELATÓRIO do médico J.A. de Barcellos na Fábrica Companhia Brazil Industrial. Relatório apresentado pela diretoria à Assembléia Geral dos Acionistas da mesma Companhia, sessão de 5 de novembro de 1891, Rio de Janeiro, Typographia G. Leuzinger, Anexo H, Relatório do Médico na Fábrica Companhia Brazil Industrial. (Documento raro encontrado por Eduardo Stotz, também utilizado na parte deste relatório relativo a saúde).

A Liga da Federação dos Empregados em Padarias empreendeu uma campanha contra duas fabricações de pão por dia. A carga era excessiva para os masseiros, o ambiente quente, pouco arejado: os masseiros tinham de preparar a massa, fabricar o pão e distribuí-lo, carregando as cestas pesadas em sua cabeça, expostos ao sol e à chuva. Os locais de trabalho eram úmidos, poluídos e os masseiros e padeiros comiam, descansavam e às vezes dormiam nas padarias. Era comum a tuberculose entre os padeiros, devido às más condições de vida.

Os tipógrafos trabalhavam à noite em ambiente fechado, mal arejado e barulhento. Sofriam na época as conseqüências da adaptação do trabalho artesanal, das pequenas oficinas, para o industrial, das grandes empresas, onde as condições de salubridade eram piores e havia maior concorrência, forçando um ritmo de produção acelerado. A introdução dos linotipos estava causando desemprego em massa, no final do século XIX. O Brasil Operário referia-se à freqüência da tuberculose entre os gráficos.

As fábricas de cigarros e charutos a vapor são denunciadas na imprensa operária como sendo extremamente insalubres. A concorrência das máquinas causava desemprego nas fábricas de cigarros e charutos. Trabalhavam geralmente apenas mulheres e crianças nessa atividade, recebendo salários baixos.

As fábricas de chapéus e sapatos também estavam passando por uma transformação tecnológica, maquinização do processo de trabalho, redução dos trabalhos domésticos por encomenda, concentração das empresas.

Os trabalhadores estavam perdendo o emprego e reagiram fazendo propaganda contra os produtos manufaturados. A Gazeta Operária colocava um aviso ao povo para não comprar os chapéus da fábrica de São Cristovão: "obra ordinária feita à

FORMAÇÃO DE OPERARIADO

máquina, bons eram os chapéus feitos à mão”.

No cais do porto a introdução dos guindaste acarretava o desemprego. Os estivadores denunciavam as condições de trabalho nos porões de navio onde o calor, a concentração de pessoas, favoreciam a transmissão de tuberculose⁽³⁵⁾.

Na fábrica de velas e sabão, Luz Stearica, o número de operários permaneceu quase o mesmo, por um período de 1870 a 1890, devido à introdução de máquinas, que corresponde à transformação de mão-de-obra escrava, em livre. José Jorge Siqueira⁽³⁶⁾ calculou que em 1890 os salários representavam apenas 2,5% dos gastos da empresa.

O controle do trabalhador feito por mestres, contramestres e capatazes era extremamente violento. Havia freqüentemente denúncia de espancamento de crianças e adultos, de revistas de trabalhadores na saída da fábrica de forma vexatória.

Nota-se também a prática de infiltração de policiais à paisana, e em alguns casos de operários fiéis à fábrica serem armados pelos proprietários ou gerentes.

Multas elevadas puniam qualquer paralisação do trabalho, estrago do produto ou de máquinas, as refeições se faziam no próprio local de trabalho e os que trabalhavam por tarefa ou peças, comiam trabalhando para não reduzir a remuneração.

(35) ALBUQUERQUE, Marli. **Trabalho e conflito no porto do Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado, IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 1984.

(36) SIQUEIRA, José Jorge. **Contribuição ao estudo da transição do escravismo colonial no Rio de Janeiro: A Companhia Luz Stearica, 1854-1898**. Dissertação de mestrado apresentada ao ICHF-UFF, Niterói, 1984, dat.

Condições de Saúde

Dr. Aureliano de Souza Portugal, citado por Regina Cele Bodstein⁽³⁷⁾ em relatório sobre o estado sanitário da cidade do Rio de Janeiro em 1891, apresentou uma listagem das 4 enfermidades que causaram mais de 1.000 óbitos nesse ano. O coeficiente de mortalidade geral no ano de 1891 foi de 75% maior do que no ano anterior (50.0 por 1.000 habitantes).

TABELA 7

MORTALIDADE DO RIO DE JANEIRO DE 1888 A 1891 COEFICIENTE POR 1.000

Ano	Coeficientes de Mortalidade
1888	27.04
1889	42.84
1890	29.78
1891	51.74
1892	39.79
1893	26.86
1894	38.91

Fonte: BODSTEIN, Regina Cele de Andrade. **Condições de Saúde e Prática Sanitária no Rio de Janeiro: 1890-1930**, p. 9.

As visitas especiais às fábricas de competência da higiene municipal assinalaram a necessidade de ver “o aterro de fossas e a intimidação para construção de latrinas” Regina de Andrade Bodstein assinalou a preocupação com a falta de esgoto no Jardim Botânico por parte das autoridades sanitárias, pois neste bairro, essencialmente fabril, viviam 3.000 operários. A Gazeta Operária denunciava a morte de 5 pessoas em Bangu de febre amarela no domingo e protestava contra as más con-

(37) BODSTEIN, Regina Cele de Andrade. **Condições de saúde e prática sanitária no Rio de Janeiro, 1890-1934**. Dissertação de mestrado, ICHF-UFF, Niterói, 1984, dat., rodapé, 47, p. 9; p. 16-17.

TABELA 8
DOENÇAS E NÚMERO DE
ÓBITOS NO RIO DE JANEIRO
1890-1891

Doenças	Número de óbitos	
	1890	1891
Febre Amarela	719	4.456
Varíola	362	3.944
Tuberculose	2.202	2.235
Malária	1.237	2.235

Fonte: RELATÓRIO do Dr. Aureliano de Souza Portugal — Reproduzido de BODSTEIN, Regina Cele de Andrade. **Condições de Saúde e Prática Sanitária no Rio de Janeiro: 1890-1934**, p. 9.

dições sanitárias, a alta mortalidade e a falta de médicos. Havia apenas um, pago pelos operários que precisava fazer mais de 50 visitas por dia.

Os jornais operários denunciavam a falta de água potável nas fábricas e nas vilas operárias.

A tuberculose era comum entre operários das padarias, de cigarros, do cais do porto e das tipografias segundo os depoimentos supracitados.

As fábricas descontavam dos salários dos operários para pagamento de médico, porém aqueles se queixavam por não serem atendidos. Havia algumas instituições hospitalares caritativas insuficientes para atender à população carente. Os jornais operários publicavam anúncios solicitando subscrições a fim de atender a operários enfermos. As organizações operárias também prestavam ajuda médica, destacando-se as cooperativas operárias que anunciavam nos jornais tratamento médico e produtos farmacêuticos a preços módicos.

O relatório do médico da Fábrica da Companhia Brazil Industrial, encaminhado

pelo Diretório da mesma, na Assembléia Geral dos Acionistas da Companhia de Fiação e Tecelagem Brazil Industrial, na reunião de 5 de novembro de 1891, salientava que as doenças “têm origem principalmente nas mudanças de estações” mas “além dessas causas poderosas e invencíveis muitas vezes, há muitas outras inerentes à vida, educação, sentimentos e hábitos da classe operária”. Passava em seguida a elogiar as medidas higiênicas tomadas pelo Diretor, sem enumerá-las, que fizeram diminuir as febres palustres, as anemias, enfim as moléstias endêmicas.

Durante o ano (julho de 1890 a junho de 1891), foram tratadas 1.564 pessoas, sendo 1.117 adultos e 447 crianças entre recém-nascidas e 10 anos. As de vias respiratórias atingiram 220 pessoas das quais 108 crianças. Em segundo lugar vinham as constipações (204), em terceiro as afecções de pêlo eruptivas. Assinalava um declínio das febres palustres de 1878 a 1885 e registrava apenas 41 casos em 1890 — 1891, atribuindo-os a despejo de águas servidas ao pé das casas.

Houve uma epidemia de sarampo em novembro e dezembro de 1890 mais benigna do que noutros anos, em particular no de 1883, menor número de casos de coqueluche de fevereiro a junho de 1891. O Beri-beri que surgira em 1880, estava declinando.

As febres catarrais simples (98) e as afecções gastrointestinais tiveram grande peso no conjunto das doenças.

Das doenças endêmicas não figuravam a febre amarela e a varíola. A malária ainda era grave com 41 casos de febres palustres intermitentes e 3 de “cachexia” palustre profunda.

A grande soma de hepatites (36) poderia estar relacionada à malária. O Beri-beri (1 caso fatal) e as doenças gástricas indicavam má alimentação.

TABELA 9

COEFICIENTE DE MORTALIDADE DA TUBERCULOSE
(TODAS AS FORMAS), FEBRE AMARELA, VARÍOLA E MALÁRIA,
POR 100.000 HABITANTES, RIO DE JANEIRO: 1860-1919

Ano	Tuberculose	Febre Amarela	Malária	Varíola
1870	974.33	585.33	313.65	176.96
1871	937.23	3.74	368.71	56.15
1872	796.17	45.88	373.03	414.28
1873	813.79	1.567.20	449.30	697.72
1874	781.16	342.99	246.59	238.32
1875	798.52	516.36	362.89	145.07
1876	759.69	1.341.82	310.74	65.23
1877	766.13	105.13	274.76	38.40
1878	790.96	423.38	343.10	783.04
1879	745.64	338.58	266.27	68.48
1880	715.14	545.33	256.05	9.06
1881	658.19	83.24	207.95	41.13
1882	650.18	27.82	190.36	292.89
1883	624.88	484.94	287.10	411.96
1884	565.20	251.04	162.02	26.18
1885	528.47	124.82	211.78	1.12
1886	561.62	391.81	313.66	44.34
1887	527.66	35.69	244.94	874.75

Fonte: BODSTEIN, Regina Cele de Andrade. *Condições de Saúde e Prática Sanitária no Rio de Janeiro: 1890-1934*. p. 83.

Apesar do grande número de doenças respiratórias, a tuberculose reduzia-se a dois casos (talvez tenha sido subestimada). A incidência do primeiro tipo de doença poderia estar relacionada ao trabalho na fábrica.

As doenças cardiovasculares e o câncer são raros, o que é típico do padrão de moléstias de grupos populacionais pobres, de duração média de vida curta.

Só figurava um caso de cirrose hepática geralmente associada ao excesso de bebida.

O ano de 1890 foi de baixa do coeficiente de mortalidade e o de 1891 de alta devido ao surto de febre amarela.

As Formas de Remuneração

Os salários eram baixos e ficavam mais reduzidos em consequência de multas, devido à paralisação do trabalho, de estrago de peça ou de máquina, de descontos para pagamentos de médico, para custeio de festas "oferecidas" pela empresa, para pagamento de avental de trabalho, de água potável, para bonificação de contrames-tres, entre outros.

Às vezes o pagamento era feito em vale e havia obrigatoriedade de comprar no armazém da empresa ou de fazer as refeições no restaurante da mesma.

Outra forma de exploração era a de não pagar as horas-extras e a jornada pro-

TABELA 10

ÍNDICES DE SALÁRIOS E DE CUSTOS DE
ALIMENTAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

Ano	Índices de Salários Ano Base de 1916			Índice do Custo de Alimentos Ponderações de 1949 Ano-Base 1916
	Carpinteiro	Pintor	Pedreiro	
1870	—	—	31.8467	24.7617
1871	57.6884	—	40.0358	22.6562
1872	67.7735	—	44.4527	27.1368
1873	65.4064	53.5708	48.8317	28.7062
1874	78.9362	—	42.4623	28.0607
1875	77.4412	—	43.8474	25.8952
1876	83.7204	—	45.6182	30.0059
1877	—	—	48.7758	36.5636
1878	64.0460	—	38.8749	37.0235
1879	—	—	39.7245	34.4341
1880	—	—	38.5345	29.7184
1881	—	—	43.6055	31.9289
1882	85.4790	—	45.6632	34.1117
1883	66.9762	—	45.3816	34.5605
1884	75.3482	71.7696	57.0057	31.2950
1885	73.2552	62.3497	55.3337	38.6640
1886	74.9296	—	55.6256	27.8712
1887	81.1040	—	55.7318	27.3177
1888	83.7203	—	50.9548	26.5681
1889	83.7203	71.7669	54.4049	30.4561
1890	83.7203	71.7669	52.5471	33.1797
1891	107.2666	—	73.4924	40.2034
1892	125.5806	82.7342	77.2283	58.3074
1893	143.0222	—	83.2358	66.6793
1894	141.2781	—	76.1788	66.1753

Fonte: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, *História do Rio de Janeiro, do Capital Comercial ao Capital Financeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978. v. 2, p. 779.

longada de trabalho. Em alguns casos o operário era obrigado a comprar produção determinada da fábrica.

As formas de contratação — por hora, dia, quinzena ou mês; por tarefa, por peça ou unidade de produção — criavam uma instabilidade e eram usadas como instrumento de controle de mão-de-obra.

O trabalho de menores e mulheres representava uma redução de custos salariais

para a empresa, além de enfraquecer a organização e o movimento operário.

As formas de despedir eram as mais variadas: falta ao trabalho mesmo justificada por médico, recusa de trabalho em serão gratuito, atos violentos no local de trabalho, doença, concorrência de máquinas, participação em organizações operárias, em manifestos, em greves.

Os jornais operários faziam subscrições

FORMAÇÃO DE OPERARIADO

para pagar aos desempregados e as suas famílias, as organizações operárias também procuravam apoiá-los, dando-lhes uma pequena pensão.

Na nossa pesquisa realizada com a colaboração de uma equipe financeira pela Ford Foundation, pelo Social Science Research Council, foi feito o levantamento de salários no Rio de Janeiro nos arquivos da Santa Casa de Misericórdia, da Ordem Terceira de São Francisco e da Fábrica Luz Stearica.

Os salários levantados compreendem profissionais liberais (médicos, advogados, boticários, professores), gerentes de fábricas, administradores de hospitais; profissões liberais de nível intermediário tais como andador (espécie de ajudante de advogado), escriturário, enfermeiro e enfermeira (para se comparar a diferença de salário devida ao sexo), parteira, atividades eclesiais (capelão, sacristão), profissão doméstica, cozinheira; atividade agrícola, hortelão. Quanto aos operários até 1898 só encontramos salários de mestre-pedreiro, carpinteiro e pintores que via de regra recebiam salários mais elevados do que os operários da fábrica.

Paralelamente ao levantamento dos salários foi realizada uma pesquisa da alimentação dos operários não-qualificados e da burguesia, usando como fontes relatos de viajantes, teses apresentadas na Faculdade de Medicina, livros de contabilidade de fábrica, uma pesquisa do Ministério da Fazenda, estabelecendo-se três ponderações⁽³⁸⁾.

(38) LOBO, E.M.L. et alii. Estudo das categorias sócio-profissionais dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro, 1820-1930. *Revista Brasileira de Economia*. FGV, 27(4), out./dez. 1973.

— Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930. Resultados preliminares. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, FGV, 25(4), out./dez. 1971.

A comparação entre os índices de salários e o custo de alimentação, segundo as várias ponderações, dá uma idéia aproximada da evolução do poder aquisitivo. Os preços dos alimentos que acompanham as dietas das várias categorias estudadas foram pesquisados no *Jornal do Comércio*, são séries homogêneas de preços de semi-atacado.

A Habitação Operária

A alta taxa de crescimento da população, de cerca de 5% ao ano entre 1870 e 1890, apesar da elevada mortalidade que só decresceu a partir de 1904, aliada ao processo de transição do capitalismo deu origem à escassez de moradias. Nesse período as grandes fazendas das freguesias suburbanas passaram a ser divididas, o cultivo de cana, e sobretudo de café, passaram a ser substituídos por hortas ou criação de gado. Portanto, além da migração e da imigração, verifica-se uma tendência de deslocamento da população suburbana para o centro, próximo ao porto. As obras de melhoramento do porto de 1892, que implicavam derrubadas de moradias, agravaram o problema habitacional.

A população pobre vivia em casas de cômodos, cortiços, estalagens, pensões, hospedarias nas freguesias centrais. Nas décadas de 1880 e 1890 os transportes de mercadorias para consumo urbano, para exportação e de pessoas era feito sobretudo por carroças, ônibus de tração animal que começavam a entrar em conflito com os transportes modernos.

As companhias de carroças constituíram-se entre 1870 e 1890 com capital nacional e mão-de-obra portuguesa. Os proprietários eram portugueses, comerciantes e este tipo de transporte ocupava

— Condições de vida dos artesãos e do operariado no Rio de Janeiro da década de 1880 a 1920. *Nova América*. Università degli Studi, Torino, n.º 4, 1981, p. 299 a 333.

TABELA 11

CORTIÇOS DO RIO DE JANEIRO EM 1868

Paróquias	Cortiços	Quartos	Habitantes
Freguesia de Santana	154	2661	6458
Freguesia de Santo Antônio	69	1587	3558
Freguesia de Santa Rita	50	1043	2763
Freguesia da Glória	107	1133	2376
Freguesia de São José	44	929	2022
Freguesia do Espírito Santo	65	758	1918
Freguesia do Engenho Velho	42	458	476
Freguesia da Lagoa	45	268	733
Freguesia de Sacramento	31	491	693
Freguesia de São Cristovão	35	343	639
Freguesia da Candelária	—	—	—

uma parcela substancial da mão-de-obra livre assalariada da capital.

Pode-se ter uma idéia aproximada do problema das habitações coletivas através das estatísticas oficiais. As primeiras que encontramos com caráter fragmentário forneceram dados relativos a 1875-76. Em 26 de junho de 1884, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro determinou que fossem feitos levantamentos regulares das habitações coletivas.

Em 1887, as estatísticas oficiais revelam a existência de cortiços, estalagens, casas de dormida em que habitavam 36.830 pessoas, das quais 9.000 em condições de total insalubridade, insegurança das construções e promiscuidade.

Entre 1875-1876 foram cadastrados 86 cortiços com 583 quartos na freguesia da Lagoa; 56 na da Glória; 114 da de Santo Antônio; 18 na do Espírito Santo. Em 1884, foram cadastrados 82 cortiços da freguesia de São Cristovão, 14 cortiços e 96 estalagens na de Engenho Velho; 94 estalagens com 2.002 quartos na de Santo Antônio.

Uma estatística de 1895, relativa ao

Distrito de São José, no centro, dava uma média de três habitantes por cômodo, variando de 1 a 5. Os hotéis geralmente tinham um morador por quarto e as casas coletivas pertencentes a Ordens Religiosas apresentavam uma lotação inferior a média. O total desses tipos de moradia, no Distrito de São José, era de 167 prédios, dentre os quais figuravam apenas dois cortiços, dois hotéis, sete hospedarias, quatorze estalagens, sendo que a maioria era de casas de cômodos; os hotéis e hospedarias apresentavam melhor proporção entre o número dos hóspedes e os quartos, penas de água e latrinas. Os cortiços e quase todas as estalagens eram constituídas por casinhas dispostas em avenidas. As casas de cômodos apresentavam piores condições quanto ao número de quartos, penas de água e latrinas, em relação ao número de moradores. Geralmente eram casas antigas assobradas, em mau estado de conservação, convertidas em cabeças de porco.

Nas 167 habitações coletivas do Distrito de São José havia ao todo 1.440 quartos e 291 casinhas em 14 estalagens e 7 em dois cortiços. Nas 291 casinhas das estalagens habitavam 1.198 pessoas, portanto uma média de 4 moradores por casi-

FORMAÇÃO DE OPERARIADO

nhas de 3 a 4 cômodos, cerca de um por quarto. Nas casas de cômodos havia 12 pessoas, em média, para uma latrina, na estalagem chegava a 29.

A valorização da terra nas freguesias centrais, os surtos epidêmicos que paralisavam o principal porto de saída do café e que eram atribuídos ao problema da falta de higiene da habitação coletiva, a necessidade de melhorar o acesso ao porto e o tráfego exigiam que o governo tomasse medidas para resolver o problema da habitação popular. Por outro lado, as fábricas novas, localizadas na periferia, interessavam-se pela construção de vilas próximas às indústrias, o que anularia o custo do transporte, permitiria o melhor cumprimento do horário de trabalho, serões etc., e um maior controle da mão-de-obra pelo empresário. As fábricas de tecidos que costumavam contratar vários membros de cada família e tinham interesse de abrigar as famílias nas vilas.

As primeiras medidas para estimular a construção de casas coletivas para operários e população pobre através da iniciativa privada são ainda do Império.

O Decreto 268 de 30 de outubro de 1875 concedia isenção do pagamento da décima urbana e os direitos de desapropriação da lei de 1845, para pessoas que se propusessem a construir casas operárias e para classes pobres. As desapropriações seriam de cortiços, estalagens, casas de cômodos, declarados insalubres, à base de indenização de materiais de construção e do custo da mão-de-obra. Estas habitações coletivas seriam substituídas por construções aprovadas pelas autoridades federais e municipais.

O número de habitantes nas estalagens nas 13 freguesias do Rio de Janeiro no ano de 1888 foi calculado em 48.680 pessoas, morando em 1.331 unidades com 18.866 quartos ou casinhas; 292 eram consideradas, em termos higiênicos,

“boas”; 490, “regulares”; 223, “sofri-veis”.

A Lei 3.151 de 9 de dezembro ampliava as concessões, acrescentando as seguintes: isenção de imposto predial por vinte anos, exceto da taxa de limpeza, dispensa por vinte anos do imposto da transmissão se a casa fosse vendida ao inquilino, direito de desapropriação segundo a lei número 816 de 10 de junho de 1855, concessão gratuita até vinte anos do domínio útil de terrenos do Estado para construção de casas operárias. Findo este prazo, o construtor ou firma teria preferência para aforamento pelo preço e condições da legislação em vigor. Ainda outorgava isenção de imposto alfandegário sobre materiais de construção importados do estrangeiro. Várias outras vantagens eram asseguradas pelas leis 3.349 de 20 de outubro de 1887, 314 de 30 de outubro de 1892 e decretos 329 de 16 de maio de 1890, 213 de 2 de maio de 1891 e número 328 de 16 de maio de 1891. Destas normas legislativas, as mais importantes eram as do Decreto 213, geralmente invocado nos requerimentos de indivíduos que pretendiam construir casas operárias. O Decreto 213 de 2 de maio de 1891 de concessão ao Visconde Duprat, Alfredo Barros e Henrique das Chagas Andrade, das vantagens das leis para construir casas operárias, apresentava cláusulas que passaram a ser aplicadas em outras concessões. Estas cláusulas estipularam os prazos: de três meses para o concessionário apresentar plantas das casas que seriam submetidas à Inspeção Geral de Higiene; de seis meses da data do decreto para a incorporação da companhia construtora; de três meses após a aprovação das plantas para o início das construções.

Os tipos de casas, os aluguéis, os materiais de construção, a elevação do prédio em relação ao solo, o pé direito dos pavimentos, a arejação eram estipulados. A companhia deveria fornecer gás, luz, gratuitamente, nas áreas de uso comum das edificações. As cláusulas regulamentavam

condições de venda de moradias aos operários. A companhia deveria pagar o salário do empregado encarregado da manutenção e do asseio. O governo fiscalizava o cumprimento das cláusulas e o Ministério do Interior elaborava um regulamento de polícia e de regime interno das habitações operárias, ouvindo o Conselho de Intendência e a Inspetoria Geral de Higiene. Havia proibição expressa da companhia ou indivíduo transferir as vantagens a terceiros e multas previstas a infrações e caducidade da concessão se os prazos não fossem cumpridos.

A maioria dos pretendentes pedia ao governo que fosse dispensada de pagar indenização de casas coletivas condenadas pela Inspetoria Geral de Higiene. Frequentemente os requerentes queriam ter o direito de transferir a terceiros ou obter concessões fora da zona urbana ou suburbana do Rio de Janeiro ou mesmo para todo o Brasil e ainda, em alguns casos, desejavam estender os estímulos governamentais à construção de casas operárias, às de funcionários públicos de baixo escalão.

As próprias autoridades municipais suspeitavam do propósito especulativo de muitos pretendentes que pleiteavam transferir suas concessões as outras firmas e da veracidade das listas de importações, julgando que não eram somente destinadas a construções de casas operárias, mas também a outras edificações.

Os pretendentes foram numerosos, havendo uma lista de requerimentos de concessões de 1884 a junho de 1891, incluindo dezessete candidatos, sendo quatorze nos anos de 1890 e 1891. Destacam-se entre as empresas que apresentaram requerimento para obter as vantagens de lei, a Companhia Evoneas Fluminense e a Cia. Saneamento do Rio de Janeiro sendo que esta última foi a que mais se sobressaiu na construção de casas coletivas para operários.

Em 15 de maio de 1891, o Governo argumentava que a Companhia de Saneamento era a única que cumprira os prazos e já estava com 5 vilas quase concluídas que abrigariam 3.000 pessoas, para justificar despacho do Ministério da Fazenda favorável a manter a isenção de pagamento de direitos alfandegários sobre materiais de construção importados, privilégio que fora abolido pelo Decreto 9.859 de 8 de fevereiro de 1888. A meta do governo era de dispor, dentro de 5 anos, de 20.000 casas operárias em substituição aos 36.000 cortiços e outras habitações coletivas condenadas. No entanto, em 21 de julho de 1892, o Governo colocava em dúvida a lista de materiais importados pela Companhia, julgando-a excessiva.

As 5 vilas foram construídas de 4 de junho de 1889 a 4 de setembro de 1892. Os pareceres dos Inspectores afirmavam que as edificações obedeciam aos padrões de qualidade, de materiais de construção e de salubridade exigidos pelo Governo. A empresa empregou nas 5 vilas 2.500 trabalhadores e artistas e o fiscal afirmava que era a única das 25 firmas que receberam concessões do Governo que cumprira o seu contrato.

Em dezembro de 1889, a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro pediu licença para construir a Vila Bocayuva para 800 operários, junto à Companhia de Tecelagem Carioca, na Freguesia da Gávea, na Chácara D. Castorina, compreendendo 4 edifícios. Nessa oportunidade, a Companhia apresentou o seu projeto de estatuto. Este discriminava os objetivos da sociedade anônima, a duração de 30 anos, o capital de 2.000.000 \$, dividido em 10.000 ações de 200\$, podendo ser expandido. O capital seria integralizado em prestações. A Diretoria podia emitir títulos de obrigações ao portador dentro ou fora do Império garantidos pelas concessões feitas a Arthur Sauer e transferidas à Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro. A Companhia teria preferência em subscrever as ações da nova emissão ao

FORMAÇÃO DE OPERARIADO

par. Cada acionista tinha um voto por cada 10 ações. O acionista com menos de 10 ações só poderia assistir às assembleias gerais. A Diretoria seria eleita pela assembleia, porém só poderiam ser escolhidos os que tivessem 200 ações ou mais. A Diretoria teria que caucionar à Companhia 100 ações, até serem aprovadas as contas de sua gestão (mandato de 5 anos). O fundo de reserva era de 5% tirados dos lucros líquidos até atingir 50% do capital subscrito, poderia ser aplicado em hipoteca, debêntures da Companhia ou títulos da Dívida Pública. Previam-se indenizações ao concessionário (Arthur Sauer) pelos favores do Decreto 9.859 de 8 de fevereiro de 1888. Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal eram industriais como o próprio Artur Sauer, eleito Diretor, negociantes, Presidentes da Agência do Banco Aliança do Porto, do Banco del Credere, do Banco do Comércio e do Banco Popular. Os Diretores dos dois últimos também eram acionistas do Conselho Fiscal.

Nos anos de 1887 a 1895 foram concluídas habitações para 6.800 operários pelas Companhias de Saneamento do Rio de Janeiro e Evoneas Fluminense, além das casas para 420 operários da Companhia Fiação e Tecidos Aliança e das habitações para 1.200 operários, aproximadamente, construídas pelas Companhia Fábrica São João, Banco Operário, Companhia Técnico Construtora, perfazendo um total de cerca de 8.420, sendo que as habitações condenadas abrigavam 36.830 pessoas segundo as estatísticas de 1887. Ficavam, portanto, muito aquém da demanda, porém atendiam às necessidades das indústrias pioneiras da revolução industrial, aos interesses políticos do Governo, de controlar o operariado, concentrado nas indústrias modernas e servia de justificativa para as empresas construtoras demolirem habitações coletivas em zonas centrais valorizadas e construírem edifícios, obtendo grandes lucros nas vendas. As vilas só atenderam em escala mínima às necessidades habitacionais do artesanato que permaneceu vivendo em casas cole-

tivas, em condições precárias. As vilas serviram também para baixar o custo do aluguel e compensar a elevação dos preços dos gêneros alimentícios e indiretamente para atender parte das reivindicações operárias(39).

O Lazer e a Vida Cultural

Francisco Foot Hardman no seu ensaio "Nem Pátria, Nem Patrão (vida operária e cultura anarquista no Brasil)" salientou o risco de estudar a cultura operária de forma isolada, pois a classe proletária está inserida numa formação social e mantém relações com as classes dominantes. No contexto desta versão preliminar da pesquisa sobre condições de vida do operariado, apenas procurou-se apreender através das organizações, da imprensa, do teatro, da música, as formas de lazer e de vida cultural operária e do artesanato. A utilização do tema cultura cria problemas, pois é um conceito controverso. Neste texto foi adotado apenas no sentido de fatos culturais da classe operária que "aparecem mediados pelo movimento operário (de que são parte integrante e constitutiva) e ambos, mediados e representados por vários discursos históricos pesquisados"(40). Outro problema é o do analfabetismo da massa operária, que reduz e distorce as fontes que geralmente refletem o pensamento de grupos limitados dentro do operariado. Alguns autores procuraram empregar tipos de fontes menos usadas como canções populares, tradições orais, entrevistas.

No final do século XIX e início do século XX proliferaram os jornais operários que, apesar de sua curta duração, chegaram a atingir um número de circulação de 2.000, possivelmente 6.000 leitores. Alguns tinham um caráter anarquista e marcadamente anticlerical, outros reformista, socialista, gremial, nacionista ou pró-es-

(39) LOBO, E.M.L. Op. cit., rodapé, 53.

(40) HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, Nem Patrão** (vida operária e cultura anarquista no Brasil). Brasília, Brasiliense, 1983, p. 29 e 30.

trangeiro. A imprensa operária sobrevivia com a venda dos jornais, donativos e anúncios. Simultaneamente aos jornais operários surgiram colunas operárias em jornais conservadores de setores médios e em revistas suburbanas.

Destacavam-se no final do século XIX o *Caixeiro*, *Semanário Literário Recreativo*, dedicado à Classe Caixeiral, cujo proprietário era Correa Lima, sediado no Rio de Janeiro e que apareceu em 1898. Apesar do título, dedicava grande espaço a questões políticas, da classe e da sociedade. Adotava uma posição anti-anarquista, favorável à participação política dos operários pela via institucional e depositava confiança na República como uma forma de governo capaz de atender às reivindicações operárias. Este periódico conservava um caráter corporativo ou gremial.

O *Echo Popular*, órgão das classes operárias, Industrial e Comercial, cujo diretor era Luiz da França e Silva, foi fundado no Rio de Janeiro em 1890, juntamente com um partido operário, que defendia uma política proletária. O Centro das Classes Operárias era uma das organizações mais importantes da época, acusada às vezes por grupos operários de ser demasiado propícia aos empresários. A *Voz do Povo* era ligada a esta organização e ao Partido Operário, fundado em 1890.

O *Protesto* é um órgão anarquista dirigido por J. M. Assumpção, fundado no Rio de Janeiro, em 1899. Na mesma linha estava o *Despertar*, Periódico Comunista Livre (Diretor J. Sarmiento, Rio de Janeiro, 1898).

A *Bomba*, órgão da classe operária, contra o Sebastianismo, o Clericalismo e o Estrangeirismo, redator-chefe Anibal Mascarenhas (1894), foi analisado por Maria da Conceição Pinto de Goés⁽⁴¹⁾ que salientou o caráter jacobino desse período.

Os portugueses que constituíram a maioria dos imigrantes no Rio de Janeiro, foram alvo de preconceitos e acusados de concorrerem e tirarem os empregos dos nacionais. Também os negros e mulatos foram tratados com desprezo. Marli Albuquerque descreveu os estereótipos contra o estivador, homem negro, fascínora⁽⁴²⁾. O *Brazil Operário* condenava a migração do meio rural para o Rio de Janeiro e defendia a negociação coletiva.

Maria Conceição Pinto de Góes salientou que a imprensa anarquista repudiava esse tipo de ataque, esclarecendo que os operários deviam se manter unidos em face do verdadeiro inimigo e explorador, o empresário capitalista. O português era hospitalizado não só pela concorrência no mercado de trabalho como também pela posição que ocupava de senhorio das casas de cômodos, cortiços e outros moradias coletivas, e de proprietário dos armazéns de gêneros variados, onde vendia fiado.

O *Jacobino*, órgão antilusitano, direção e redação de Diocleciano Martins, Rio de Janeiro, 1894-1897, apresentava as características acima assinaladas.

Em reação ao jacobinismo, surgiram jornais como o *Estrangeiro*, órgão em defesa do Estrangeiro, Diretor G.P. Monti Druzheich (bimensal), Rio de Janeiro, do ano de 1894, e o *L'Operário Italiano*, de propriedade de uma cooperativa operária do Rio de Janeiro (1897-1898).

O *Messageiro*, órgão dedicado às classes proletárias e operárias (mensal, Diretor-gerente Aristides Silva), também apareceu no Rio de Janeiro em 1899, assim como o *Operário*, órgão da classe operária, cujos redatores eram João da Rocha e João Benevides ((1892).

Mariano Garcia fundou em 1895 o *Operário*, que lançou o programa e os estatutos

(41) GÓES, M. da Conceição Pinto de. *Op. cit.*, rodapé 32.

(42) ALBUQUERQUE, M. *Op. cit.*, rodapé 45.

FORMAÇÃO DE OPERARIADO

de um partido socialista. Dirigiu posteriormente (1912) A Coluna Operária do Jornal A Época. Dizia-se tipógrafo, porém Boris Fausto refere-se a ele como trabalhador da indústria de fumo. Defendia os direitos dos operários e preconizava a via institucional política de luta.

O Jornal Socialista publicava em 1890 o programa do Partido que defendia a transição pacífica para uma sociedade socialista. No início do século XX expandiram-se os jornais anarquistas e socialistas, declinando os de caráter gremial ou jacobino.

A Gazeta Operária inaugurada no Rio de Janeiro a 28 de setembro de 1902 era socialista e dava grande destaque às Festas Operárias.

Segundo essa fonte, muitas atividades recreativas concentram-se no Jardim Botânico e na Gávea, bairros que na década de 1890 converteram-se em zonas operárias. Havia o Club Musical Recreativo Carioca no Jardim Botânico e o Clube Diamantinas na Gávea. Nestes locais realizavam-se saraus, representações teatrais, bailes, monólogos, recitações de poesias. O Club Diamantinas tinha uma diversão mensal.

Destacavam-se na imprensa operária o Grêmio Dramático Esperança, a Sociedade Musical Bangu, a Sociedade Recreativa Pessoal do Corcovado, o Grêmio Dramático Progresso e Confiança (da Fábrica Confiança Industrial), todos vinculados às indústrias de tecidos e o Club de Campinho.

No centro da cidade, na rua da Ajuda 25, estava situada a Liga Italiana, que promovia festivais de teatro exclusivamente com peças italianas.

Em São Cristovão operários da Fábrica Luz Stearica tinham uma banda e promoviam festas freqüentemente. A Sociedade Dramática Filhos de Talma era muito ativa e montava peças em língua portuguesa.

O Salão Paris também no Centro, anun-

ciava na Gazeta Operária um programa variado de diversões que vale a pena reproduzir:

“Salão Paris no Rio – Notícias da inauguração das “Novas Vistas” daquela casa de diversão:

1. Programa em frente de um trem;
2. Chegada de um trem.
3. Montanhas russas náuticas;
4. Ilusionista mundano;
5. Navio de Trouville;
6. Praia de Trouville;
7. Vendedora de Roupas;
8. Pesca milagrosa;
9. Meninos terríveis;
10. Fada Primavera;
11. Criada Curiosa;
12. Demolição de um muro;
13. Boiada no Rio;
14. O primeiro charuto;
15. Fada no Lago;
16. Rapariga engenhosa;
17. Carga de couraceiro;
18. O que vejo no meu sexto andar;
19. Refeição infernal;
20. Dança Moderna;
21. “O rico sem coração”;
22. As seis irmãs Dainef;
23. Erupção da Martinica;
24. Quo Vadis;
25. Ali Babá e os quarenta ladrões.

As peças apresentadas no princípio do século eram entre outras “O Bem e o Mal” “O Pescador de Baleias” de Jocelyn, dramas e “Um marido caiu no saco” comédia, “O Sorvedouro” de Cardoso de Oliveira e “Os Vampiros Sociais” de caráter político, esta última encenada pelo Grêmio Dramático Progresso condenava a superexploração capitalista.

Maria da Conceição Pinto de Góes⁽⁴³⁾ salientou o silêncio dos jornais operários sobre as repressões do governo a cultos afrobrasileiros, a capoeira, chamando a atenção para o caráter europeu das atividades recreativas freqüentemente associadas a questões políticas. Os anarquistas davam maior ênfase a estas últimas, piqueniques, saraus, peças para angariar fundos para causas políticas, freqüentes no início do século XX.

Notam-se na imprensa socialista algumas atividades mais vinculadas ao meio carioca

(43) GÓES, M. da Conceição Pinto de. *Op. cit.*, rodapé 32.

como o Grupo Carnavalesco Flor da Gávea e notícias sobre forrobodós.

Os artesãos e operários concentravam-se na Gamboa, Saúde, São Cristóvão, Praça Onze e no Jardim Botânico (3.000 operários segundo as autoridades sanitárias da época), Gávea, Tijuca, Laranjeiras e Vila Izabel. Nestes últimos setores predominavam operários de fábricas.

Oswaldo Porto Rocha⁽⁴⁴⁾ explorou na sua dissertação as canções carnavalescas que descreviam a vida nas casas de cômodos na Praça Onze, denominada pequena África, salientando a presença dos baianos provindos da Guerra de Canudos.

A freguesia de Santana, o Largo do Rósio Pequeno, hoje Praça Onze, que fora uma zona aristocrática, convertera-se, na década de 1870, em área popular, devido ao deslocamento da elite para bairros periféricos com a introdução de transportes modernos. Os palacetes foram transformados em casas de cômodos, cujos moradores eram estivadores, marceneiros, lustradores e biscateiros. Segundo a mesma fonte, o número 117 da rua Visconde de Itaúna, residência da baiana Hilária de Almeida, a Tia Ciata, ficou famosa pelas reuniões dos primeiros compositores de samba. Havia nas cercanias babalaôs, chamados de tios e tias, que promoviam sambas e candomblés.

Os candomblés da casa de João Alabá, babalaô dos tios Obedê e Sami, eram os mais procurados. Oswaldo Porto Rocha julga que se tratava de uma comunidade quase fechada, cuja conduta se pautava por grande solidariedade mútua e que mantinha suas tradições e resistia à modernização.

A Gazeta Operária preocupava-se com a condição subordinada da mulher, transcrevia o Folhetim "Amor Livre" de Diderot,

(44) ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições da Cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Dissertação de mestrado, ICHF-UFF, Niterói, 1983.

publicava os ensaios "A Emancipação da Mulher" "A Civilização Comunista" este último de Eugênio George, favoráveis à libertação familiar e sexual da mulher, e contrários à família patriarcal. O mesmo periódico noticiava um artigo intitulado "Movimento Feminino, moças que sabem reagir" as atitudes dos operários de uma fábrica do Rio de Janeiro, de reação à exploração do empresário.

Os Congressos Operários sempre trataram do tema da mulher do ponto de vista da inferioridade da remuneração devida ao sexo, da exploração excessiva em trabalho demasiadamente pesados, dos prejuízos para a família advindos do trabalho da mulher e das crianças na fábrica.

Uma peça descoberta por Eduardo Stotz, "Ensinar a Ler" de época posterior (ano de 1915), mostra o caráter didático desse tipo de teatro. Trata da família como um todo, e coloca o conflito entre o pai, o qual exigia que o filho menor fosse para a fábrica para completar o salário da família e a mãe que deseja que a criança estude e progrida.

Os anarquistas lutaram pela implantação da escola racionalista, segundo o modelo Ferrer nos primeiros anos do século XX.

Conclusões

O conhecimento empírico propiciado pelo levantamento das fontes primárias permite-nos avançar algumas conclusões iniciais a respeito do processo de formação, organização e estratégia dos artesãos e operários, no período de 1870 a 1894. Trata-se, evidentemente, de resultados preliminares de uma pesquisa em fase de implementação.

Autores como Boris Fausto têm atribuído aos ex-escravos das plantações de café do Vale do Paraíba em decadência um peso talvez excessivo na formação do operariado na cidade do Rio de Janeiro. Esta hipótese deve ser relativizada tanto pela importância a ser dada aos contingentes migratórios vin-

FORMAÇÃO DE OPERARIADO

dos do Nordeste e do exterior, como também pela parcela de trabalhadores urbanos, que estavam sendo deslocados pelo desenvolvimento das forças produtivas, a exemplo dos artesãos em manufaturas de chapéus e dos escravos de ganho. Por outro lado, estudos recentes têm chamado atenção para correntes migratórias, do mesmo Vale do Paraíba, em direção às zonas mais prósperas da agricultura do açúcar no Norte Fluminense, assim como para as fronteiras com Minas Gerais e São Paulo.

No período em estudo constatamos uma deterioração nas condições de vida dos trabalhadores, sendo interessante verificar a existência de uma correlação entre este declínio no padrão de vida e o movimento dos artesãos e operários, mormente nos anos 1876-1877 e 1890-1892. Este mesmo movimento teve um dinamismo maior do que geralmente se supõe, inclusive na fase do escravismo.

A forma organizatória característica dos artesãos e operários desse período foi a sociedade beneficente, associação de tipo mu-

tualista. Contudo registramos indícios de uma transição desta forma para organizações de caráter sindical. Em alguns casos, associações mutualistas foram utilizadas ou favoreceram lutas reivindicatórias.

Devido à heterogênea composição social, o movimento expressou-se de modo fragmentado e descontínuo. O proletariado urbano em formação encontrava-se dividido em vários segmentos, com culturas distintas. Mas essas culturas não devem ser vistas como um mero espelho da cultura dominante.

O caráter dominante do escravismo, cujos valores foram reabsorvidos na nova ordem fundada no trabalho livre, e a heterogênea composição social constituía, sem dúvida, importantes obstáculos para o desenvolvimento de um movimento operário típico. Há que se ressaltar, porém, outros fatores como as limitadas possibilidades de desenvolvimento da indústria num país onde a agricultura constituía a principal fonte de riqueza.